

ATA DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 1º-8-2016.

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Ana Terra do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Delegado Cleiton, Dinho do Grêmio, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Jussara Cony, Kevin Krieger, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Bernardino Vendruscolo, José Freitas, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mario Manfro, Reginaldo Pujol, Valter Nagelstein e Waldir Canal. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 139/16 (Processo nº 1468/16, de autoria de Dr. Goulart; o Projeto de Lei do Legislativo nº 096/16 (Processo nº 1028/16), de autoria de Engº Comassetto; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 138 e 148/16 (Processos nºs 1447 e 1520, respectivamente), de autoria de Paulo Brum. Após, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nºs 678 e 679/16, encaminhando Vetos Totais aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 292/15 e 019/16 (Processos nºs 2918/15 e 0282/16, respectivamente); e nº 699/16, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 019/16 (Processo nº 1834/16). A seguir, por solicitação de Mendes Ribeiro, João Bosco Vaz e Cláudio Janta, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a José Azmus, Olávio Dorico Vieira e Pai Bibis de Xangô. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Laura Elisa Machado, Coordenadora do Conselho do Orçamento Participativo – Movimentos Habitacionais –, que discorreu sobre a invasão do Departamento Municipal de Habitação. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Fernanda Melchionna, Jussara Cony, Luciano Marcantônio, Sofia Cavedon, Engº Comassetto e Cláudio Janta manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Tarciso Flecha Negra, Jussara Cony, Sofia Cavedon, Elizandro Sabino, Engº Comassetto, Reginaldo Pujol e Fernanda Melchionna. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Às quinze horas e cinquenta minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foi aprovado Requerimento de autoria de Mendes Ribeiro, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 009/16 (Processo nº 0268/16). Também, foi aprovado Requerimento de autoria de João Carlos Nedel, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Resolução nº 018/15 (Processo nº 1004/15). A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Engº, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Ainda, foi aprovado Requerimento de autoria de Idenir

Cecchim, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 007/15 (Processo nº 0586/15). Em Votação, foi aprovado Requerimento de autoria de Airto Ferronato, solicitando, nos termos do artigo 110 do Regimento, que o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/15 (Processo nº 2028/15) fosse considerado em regime de urgência e submetido a reunião conjunta de Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 001/16 (Processo nº 0105/16). Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 010/13 (Processo nº 0855/13), o qual, após ser discutido por Sofia Cavedon, Reginaldo Pujol, Adeli Sell, Engº Comassetto e Dr. Thiago, teve sua discussão adiada por três sessões em face da aprovação de Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, Requerimento esse encaminhado à votação por Reginaldo Pujol. Após, foi votado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 011/15 (Processo nº 0249/15), o qual obteve dezessete votos SIM, em votação nominal solicitada por Sofia Cavedon, tendo votado Adeli Sell, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, José Freitas, Luciano Marcantônio, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Waldir Canal, votação essa declarada nula em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezesseis horas e quarenta e três minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, foi encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Dr. Thiago, Engº Comassetto, este em tempo cedido por Marcelo Sgarbossa, e Dr. Thiago, este em tempo cedido por Luciano Marcantônio. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 088, 097, 120, 127, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 150, 151, 153 e 152/16, este discutido por Engº Comassetto e Dr. Thiago, e os Projetos de Resolução nºs 023, 026, 027, 029, 031, 032 e 030/16, este discutido por Reginaldo Pujol e Dr. Thiago; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 032/15, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 085, 111 e 163/16, este discutido por Sofia Cavedon, e o Projeto de Resolução nº 028/16. Após, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nº 676/16, informando que se ausentaria do Município das dezessete horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e oito até as vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de julho do corrente, ocasião em que participaria de reunião com o Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC –, em Brasília – DF –; nº 690/03, atualizando os termos do Ofício nº 676/16, informando o cancelamento de reunião com o Presidente da ANAC e informando sua participação em evento do II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários e agendas com a Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde e com Álvaro Dias, senador da república, bem como comunicando alteração no horário de regresso para as dezesseis horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e nove de julho do corrente; e nº 695/16, atualizando os termos do Ofício nº 690/16, informando sua participação em evento do II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários e agenda com Victor Rico, representante da

Corporação Andina de Fomento para o Brasil – CAF. Também, foram apregoados Editais de Convocação de Convenção Municipal do Partido Trabalhista Nacional e do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (Processos n^{os} 1827 e 1828/16, respectivamente). Durante a sessão, Adeli Sell, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon e Dr. Thiago manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e trinta e um minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Paulo Brum e Eng^o Comassetto. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1^o Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra.

O SR. MENDES RIBEIRO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José Azmus, ex-Presidente do Sport Club Internacional.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-jogador Olávio Dorico Vieira, da cidade de Vacaria.

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Pai Bibis de Xangô.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Conselho do Orçamento Participativo/Movimentos Habitacionais que tratará de assunto relativo à invasão do DEMHAB. A Sra. Laura Elisa Machado, Coordenadora, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. LAURA ELISA MACHADO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde a todos e todas. Agradeço a Presidência da Câmara de Vereadores. Na data do dia 28 de julho, nós estivemos aqui fazendo uma visita, solicitando um espaço para que a gente pudesse discutir este assunto tão importante que é a invasão do Departamento Municipal de Habitação. Presidente Cassio, eu gostaria de lhe solicitar - o senhor sabe da importância deste momento aqui – que verificasse se tem

alguém lá para entrar, pelo menos, hoje, pois, como bem o senhor sabe, o pessoal está vindo para aderir ao nosso movimento. Eu peço para que os Vereadores desta Casa prestem atenção por um minuto, nem que seja, ou por dez minutos, que é o tempo que eu tenho para a fala, porque este assunto é de extrema importância. Por quê? Porque nós temos uma população muito grande lá fora, que são seus eleitores, estão pedindo ajuda para esta Casa, já foram até o Tribunal de Justiça, sobre a questão da invasão. Não é uma ocupação, porque eu sou oriunda de ocupação e sei como se faz uma ocupação em espaço público que não tem a sua finalidade social. Hoje, o que acontece no DEMHAB é uma invasão. Invadiram o Departamento Municipal de Habitação, dizendo-se legítimos demandantes, e isso não é a realidade do que está acontecendo. O que ocorre hoje no Departamento Municipal de Habitação é uma invasão que inviabiliza acesso para nós, cidadãos. O nosso direito de ir e vir foi cerceado a partir do momento em que 80, 90 pessoas invadiram um Departamento Municipal. Eu vou dar exemplos para vocês, Vereadores, da importância do departamento, porque talvez não saibam que nós temos mais de 1.200 pessoas aguardando a liberação do aluguel social, que nós temos famílias que estavam sendo removidas para os seus empreendimentos, que lutaram legitimamente dentro do Orçamento Participativo. Alguns têm divergência, mas é o que foi apontado. E que fique claro que o Orçamento Participativo se superou na questão de sigla partidária. Ele foi fundado, sim, por uma sigla partidária, mas hoje ele é autônomo e tem lideranças autônomas. Lá dentro do Orçamento Participativo, nós temos várias siglas partidárias - ele está vivo e pujante há 26 anos na cidade de Porto Alegre. Nós nos mobilizamos, nos reunimos, vamos lá, hierarquizamos as demandas e dizemos o que é pertinente e o que é necessário para a cidade de Porto Alegre. Agora já estamos num patamar no qual a gente discute a questão orçamentária, a gente discute a Lei de Diretrizes Orçamentárias que vem aqui para esta Câmara. Nós sabemos quanto será investido em nossas demandas. Nós estamos passando por esse momento, e tudo foi um crescimento do Orçamento Participativo. Não é digno aqui que descaracterizemos o movimento A ou B, mas não pode um movimento de 80 pessoas querer superar plenárias de 2, 3, 4 mil pessoas que sabem, por mais que os discursos políticos que estão sendo feitos, porque nós sabemos que as pessoas que estão lá estão em um ano eleitoral e se dizem legítimas, mas a legitimidade delas só foi se dar agora no final de um Governo. Por que a legitimidade delas não se deu anteriormente, se a política habitacional estava falida, se a política habitacional não estava contemplando? Nas falas deles, eles deixam bem claro que a insatisfação se deu a partir do momento em que o Vice-Prefeito de Porto Alegre se fez presente em uma reunião e ficou 20 minutos dando atenção a essas pessoas. Então o espaço está errado, o local está errado, a pessoa que os prejudicou não é a população de Porto Alegre, não são os demandantes do Orçamento Participativo. Eu estou aqui representando hoje 17 regiões do OP, representando seis temáticas do Orçamento Participativo porque fui escolhida, aqui dentro desta Casa, quando viemos solicitar a Tribuna Popular para que nós tivéssemos um consenso e estivéssemos coesos no que fôssemos falar. E é assim que a gente trabalha. O Orçamento Participativo se dá dessa forma.

Pessoal, estamos lutando desde a data da ocupação do DEMHAB. Nós tivemos audiência com o Prefeito José Fortunati na qual entregamos a ele uma carta, repudiando qualquer invasão em espaço público que não tenha passado pelo processo do Orçamento Participativo, qualquer invasão que venha a prejudicar a população de Porto Alegre. Vou dar um exemplo: a Morada do Sol, uma comunidade que lutou 11 anos no Orçamento Participativo, sendo removida para o Porto Novo. Essas pessoas, orquestradas por siglas partidárias, foram para dentro dos empreendimentos, invadiram; no outro dia, foram tiradas pela Brigada Militar; e, não satisfeitas com isso, foram lá e depredaram o nosso dinheiro, o nosso imposto arrecadado, arrancaram janelas e portas. Isso está correto? Esta Câmara é plural. Aqui, nós temos todas as representações, temos expressão de votos dentro desta Casa. O que nós viemos pedir? Que esta Câmara faça uma intervenção, também, junto ao Ministério Público, para que isso não volte a ocorrer. Eu estou com famílias da Vila da Mata que estavam por receber o seu aluguel social. Uma juíza determinar que funcionários trabalhem com uma invasão dentro de um espaço público, mas isso não é correto. Seria a mesma coisa, quando esta Câmara foi invadida, dizer que os Vereadores teriam que trabalhar aqui, com este espaço invadido. Foi o que a juíza determinou, uma juíza que foi, orquestradamente, dentro do departamento dizer que faria uma revisão, que verificaria a questão do trabalho. Gente, vão lá ver vocês, com os olhos de vocês. Lá tem galinhas, tem patos, tem fogão, tem botijão a gás. Temos muitos processos, pessoal, que são importantes para a vida de Porto Alegre. A discussão sobre a política habitacional é legítima, mas o espaço hoje está invadido, não é legítimo o que está acontecendo. Invadam qualquer outro lugar, menos o departamento, porque as nossas famílias estão prejudicadas. Nós temos as casas de emergência, dentro da política habitacional, que não estão podendo ser atendidas. Nós, que temos a questão dos programas do DEMHAB para os quais precisamos acessar o departamento!

Então nós estamos aqui como representantes do Orçamento Participativo e dos segmentos que demandam no Orçamento Participativo, segmentos que estão lutando de dia, de noite e de tarde, representando uma temática que também reivindica dentro do Orçamento Participativo. Pedimos a sensibilização desta Câmara, daqueles que também estão por detrás desse movimento, para que falem com eles e digam: “Desocupem o departamento, liberem o acesso à comunidade, liberem o acesso às pessoas, que são tão legítimas quanto vocês”, porque o direito de um se prende quando vai o de outro, e eles, hoje, estão fazendo dessa forma, estão tirando o nosso direito de acessar o departamento para lá nós regularizarmos a nossa situação. E o pior de tudo, descaracterizando um processo que existe em Porto Alegre há 27 anos, um processo de participação. Se estiver errado, nós estamos tentando acertar; se tem inchaço, como muitos vão dizer, que as pessoas que vão à Restinga, vão à Lomba do Pinheiro e vão ao Eixo Baltazar, nós, enquanto Conselheiros, estamos mudando isso. Nós mudamos, alteramos o nosso regimento interno, no qual a Procempa vai ser nossa parceira, e quando eu me cadastrar numa plenária, só naquela plenária eu vou pontuar; se eu for a outra, posso participar de todas as outras. Isso construído. Nós não somos, não, como estão dizendo: pelego do Governo. E nós não podemos deixar que descaracterizem o

nosso processo, o processo de participação, lá onde a gente aprendeu muita coisa e aprendeu a conhecer Porto Alegre, porque hoje não falo da região a qual represento, eu falo de Porto Alegre, porque conheço a demanda de todas as regiões, eu conheço as necessidades da Capital onde eu moro. E nós não estamos aqui para disputar com os Vereadores, nós não estamos aqui para criar nenhum tipo de situação, nós estamos aqui sendo parceiros, porque nós somos os olhos de vocês, nós somos os que reproduzem para vocês o que está acontecendo na periferia, o que está acontecendo nas comunidades. E é nesse sentido que, enquanto conselheira do Orçamento Participativo, com uma bela representação dos meus pares, que estão aqui, e muitos que ficaram do lado de fora em virtude do espaço ser ínfimo, estamos pedindo que esta Câmara se sensibilize junto a nós e que peça a desocupação do Departamento Municipal de Habitação, porque tem famílias mandando WhatsApp, ligando todo o dia, toda hora, pedindo o seu direito a acessar um órgão público da Prefeitura de Porto Alegre. Eu agradeço a atenção de vocês. Muito obrigada, uma boa tarde e vou ficar à disposição agora.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido a Sra. Laura Elisa Machado a fazer parte da Mesa.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Coordenação e o Conselho do Orçamento Participativo. Eu tenho o maior respeito e acho que Porto Alegre inovou no que diz respeito à criação do Orçamento Participativo no final da década de 90, é um espaço da democracia que deve ser ampliado, que deve ter discussões, é verdade, com mais valores em relação ao Orçamento. E o desafio da Cidade é, sobretudo, ampliar os espaços de discussão. Mas eu acho, Laura, que o Orçamento Participativo está vendo os responsáveis como se não fossem responsáveis pela situação em que a gente está vivendo, que é justamente a intransigência do Governo e ausência sequer de negociação. Nós sabemos que os movimentos sociais têm as suas demandas, as suas pautas, que não nos cabe julgar. São movimentos da nossa cidadania; nesse caso do DEMHAB, o movimento nacional da população de situação de rua, acerca do qual nós já tivemos dezenas de pautas aqui nesta Casa; o MLB que tem a Ocupação Lanceiros Negros no Centro de Porto Alegre e precisa do Município numa falta de mediação; o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, que luta pelo direito à moradia, num País que, lamentavelmente, destina ao seu povo pobre as periferias, as ocupações, as comunidades irregulares. Infelizmente já faz 16 dias que, embora os movimentos tenham tentado, em todos os momentos, ter diálogo com a Prefeitura, o Governo se recusou a negociar. Eu tentei negociar, outros Vereadores tentaram, o Judiciário tentou e nós vemos uma intransigência arbitrária do Governo em discutir com a comunidade da Vila Dique que não vai ser reassentada no

Porto Novo, que também concordamos que é muito importante. Nós participamos do processo de mobilização pela construção daqueles equipamentos, mas têm centenas que não serão contempladas e que querem seguir na sua região. As crianças percorrem 20 quilômetros para ir à escola, porque que Prefeitura fechou uma avenida. Nós estamos falando também da negociação dos aluguéis atrasados, referente ao aluguel social da população em situação de rua e de toda a população de Porto Alegre. Vejo que o meu tempo acabou, mas eu acho que são pautas justas, sim, que qualquer gestor, pautado pela democracia, tem que tem a obrigação de negociar. Então, infelizmente nós estamos vivendo nesses 16 dias a intransigência do Governo, a sua equipe, seus trabalhadores não irem trabalhar no DEMHAB. Nós concordamos, têm várias pautas que precisam ser atendidas pelo DEMHAB, e a população não pode ser atendida, mas não por culpa daqueles que lutam, por culpa daqueles que ignoram a democracia, que ignoram o diálogo e que ignoram as pautas dos movimentos sociais e populares. Eu espero, Presidente, que esta Câmara interceda no sentido de garantir negociação e não de criminalizar movimentos sociais.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Muito obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna. O nosso tempo está sendo marcado; peço a compreensão para que possamos ficar dentro dos dois minutos. Também solicito, para o público que nos acompanha, que respeitem as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores, as manifestações são livres. A representação do OP já falou, então, nós estamos num espaço muitíssimo limitado; peço que haja compreensão. Obrigado.

A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Quero, através da Laura, cumprimentar a Coordenação e o Conselho do Orçamento Participativo. E tentar situar, na perspectiva do que são ações de ocupação. Para mim não são invasões, são ocupações, legitimadas por algo por que o OP luta – em muitos momentos, estamos juntos para lutar –, que é a busca do direito a que as gestões efetuem a reforma urbana na cidade de Porto Alegre. Uma reforma urbana ampla, uma reforma urbana clara, uma proposta clara dentro da política de reforma urbana. Quero dizer também que esta Casa, Laura, recentemente, foi ocupada pelos servidores públicos municipais, para a busca de diálogo pelos seus direitos com a gestão municipal. Esta Casa, através do seu Presidente, da Mesa Diretora, dos Vereadores como um todo, principalmente os Líderes, dialogou, junto aos servidores municipais, garantindo que eles fossem recebidos pela gestão municipal. A diferença, para mim, é que o Governo tem dificuldade de diálogo para negociação a ponto de a juíza... Foi a Justiça, não foi uma juíza, foi a Justiça que determinou a manutenção da ocupação, e faltou para o gestor o diálogo. É muito bem-vinda a tua presença aqui, porque ela remete à necessidade de que, mais uma vez, esta causa nos

paute, Sr. Presidente, para buscar o diálogo, para que os ocupantes tenham garantia de uma política de moradia, porque ninguém ocupa por diletantismo.

Segundo, para que o DEMHAB possa continuar as suas ações, que são tão importantes para a cidade de Porto Alegre, o que está faltando é diálogo, diálogo, muitas vezes, com os servidores municipais, com os ocupantes nesse processo. Esta Casa tem o dever de fazer isso, e eu tenho absoluta convicção, do modo como o Ver. Cassio está conduzindo e buscando sempre o diálogo, de que nós vamos estar contribuindo para que isso aconteça sem criminalizar os movimentos sociais. Obrigada por tua presença.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Boa tarde, colegas, Conselheiros do OP, Delegados; já manifestei a minha posição sobre essa invasão que houve no DEMHAB, que, infelizmente, foi uma atitude antidemocrática e de desrespeito com as instituições públicas da nossa Cidade. Todo mundo sabe que existe Orçamento Participativo que tem uma regra clara, com a participação de todas as forças políticas, de esquerda, de centro, de direita, de uma forma extremamente harmônica. No Orçamento Participativo não são apenas as 17 plenárias anuais que demandam para o plano de investimentos, mas no OP são reuniões quinzenais, mensais, nas 17 regiões, através dos Fóruns Regionais do Orçamento Participativo – FROPs, oportunidade em que todos os líderes comunitários, todos os líderes de bairros, todos os atores da sociedade podem participar, quando e como quiserem. Isso é reconhecido mundialmente e fez a nossa Porto Alegre ser reconhecida mundialmente como a Capital da democracia participativa. São 26 anos do OP, que foi fundado num Governo do Partido dos Trabalhadores - não tem como desconhecer essa regra. Esses invasores que participam, também, muitas vezes, do OP, que demandam no OP, que ganham habitações no OP, principalmente o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, estão lá por quê? Estranho muito a posição desse movimento, e também porque estamos numa época pré-eleitoral, e para mim a questão está muito clara: eles estão lá para perturbar uma gestão que respeita os movimentos sociais, que usa o Orçamento Participativo como interlocutor desses movimentos sociais, simplesmente por política partidária. Apelo aos políticos que estão por trás dessa invasão que, para o bem da nossa Cidade, para o bem das comunidades de baixa renda, para o bem daqueles que mais precisam, peçam para as suas lideranças saírem do DEMHAB. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Luciano. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, também quero cumprimentar a Laura Elisa, que já conhecemos, é uma guerreira, uma líder comunitária, assim como os demais líderes, homens e mulheres que aqui estão. A gente fica triste, lamenta, vamos dizer, a divisão na luta social, que é isso que aparece aqui. Lutadores, todos com seus méritos e com suas convicções, têm diferentes opiniões sobre essa ocupação ou esse momento de luta. Então eu não quero, de jeito nenhum, me colocar de um lado ou de outro, mas fazer algumas reflexões, porque se há uma ocupação no Departamento de Habitação de Porto Alegre é porque há uma demanda muito grande na cidade de Porto Alegre por habitação popular.

A bancada do Partido dos Trabalhadores tem acompanhado muitos movimentos junto à CUTHAB há alguns anos, Ver. Engº Comassetto, e nós temos, Vereadores que aqui nos escutam e lideranças, infelizmente, um descrédito no Orçamento Participativo, porque ele perdeu a sua potência, porque tem uma demanda imensa represada, porque o programa Minha Casa, Minha Vida é um fracasso em Porto Alegre, é muito pequeno, perde até para as cidades pequenas, aqui perto, na Região Metropolitana. Não temos projetos habitacionais com recursos próprios em Porto Alegre há anos! Se não fosse o Programa Minha Casa, Minha vida nós não teríamos. E a evidência disso é que nós temos quase 2 mil pessoas em aluguel social em Porto Alegre. As grandes obras da Copa em Porto Alegre não pensaram na habitação, passaram por cima das pessoas. Nenhuma moradia foi feita ainda para 1.600 moradores da obra da Vila Tronco. Primeiro foi projetada a rua, e os moradores seriam expulsos. Então há uma pauta represada, há uma violência institucional e há uma ausência de encaminhamento, clareza e transparência no Orçamento Participativo. Portanto, é necessário diálogo com quem ocupa o DEMHAB neste momento. E quero dizer que a própria Juíza reconhece, sim, e quem procura o DEMHAB está entrando e está sendo atendido. Eu gostaria, inclusive, de fazer um apelo: que essas poderosas lideranças que aqui estão tensionem o Governo para construir de forma dialogada uma saída para o impasse. Obrigada.

(Não revisada pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores, prezada Laura e demais lideranças comunitárias aqui presentes, a reflexão aqui é mais profunda do que simplesmente condenar um movimento social, até porque neste plenário nós todos já dialogamos muitas vezes, principalmente tentando aprovar algum projeto de habitação de interesse social, ajudando a construir alguma lei, buscando alguma interlocução com os programas federais e tentando barrar alguma desocupação. No nosso ponto de vista, com todo respeito com quem trabalha o tema habitacional que não é fácil, o que falta dentro do Governo atual é uma política em defesa da habitação de interesse social, pois nós continuamos em Porto Alegre com 750 comunidades

irregulares. Se fosse atendido, em cada região de planejamento, o reassentamento de uma dessas comunidades por ano, o que não é, levaríamos 44 anos para regularizar as 750 comunidades. Nós temos 60 ocupações com pedido de reintegração de posse, se solucionássemos o problema de uma por mês, levaríamos cinco anos para fazer isso - nesses últimos cinco não foi resolvido de nenhuma. Nós temos 54.500 pessoas inscritas no programa Minha Casa, Minha Vida, e durante os oito anos desse programa, foram reassentadas três mil famílias; portanto, para as 54 mil famílias, nesse ritmo levaríamos 108 anos para atender todas. Portanto, venho aqui me solidarizar com o movimento como um todo. O que não pode é lutar uns contra os outros pela dificuldade que se tem em Porto Alegre; tem que ter uma aliança para que possamos enfrentar a reforma urbana como um problema estrutural da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente; Sra. Laura, Coordenadora, acho que o que está acontecendo no DEMHAB não justifica o ato dentro desse órgão. Em primeiro lugar, na questão da moradia de Porto Alegre, nós vivenciamos diariamente a dificuldade que as pessoas têm. Nos três anos em que estive na CUTHAB, todas as terças-feiras, nós recebemos pessoas de várias partes de Porto Alegre com suas dificuldades de moradia. A CUTHAB, com parte do Judiciário, com a Prefeitura, vem discutindo e tentando resolver essa questão; esta Câmara de Vereadores, juntamente com a CUTHAB e vários outros órgãos, vem participando desse questionamento. O que não pode é um órgão, que vem ajudando no aluguel social – a própria CUTHAB vem ajudando as comunidades, o OP com vários dados técnicos, com os abaixo-assinados, as medições, uma série de coisas –, estar sendo invadido. E eu falo invadido, porque esta Casa já sofreu uma invasão também. Eu queria ver essa coragem para invadir quem é responsável por tudo. Já falei, na oportunidade, que esta Casa foi invadida. Por que não invadem a Prefeitura?! Lá que está o problema e é lá que ele tem que ser resolvido! Cadê a coragem de invadir a Prefeitura de Porto Alegre? Por que estão travando a vida das pessoas, o aluguel social das pessoas? E se acontecer uma fatalidade como o incêndio na Vila Liberdade? O DEMHAB estava presente lá, a Defesa Civil, o Orçamento Participativo, todos os conselheiros, uma série de pessoas estavam presentes lá ajudando a cidade de Porto Alegre. Se acontecer isso, e o Departamento Municipal de Habitação está invadido. E se fala de tantas coisas, principalmente a respeito das melhorias que deveriam ter sido feitas com a Copa do Mundo – a falência da Copa do Mundo, que está aí a olhos vistos; assim como os Territórios da Paz, que foram vendidos a olhos vistos. Coisas que são ditas, mas não são praticadas. Agora, a questão da moradia em Porto Alegre, os conselheiros do OP, a própria CUTHAB têm discutido, têm ampliado e tentado resolver. Eu dou um exemplo na Vila São Francisco, no final da

Av. Baltazar de Oliveira Garcia, em que várias vezes já saiu para as pessoas desocuparem, e a própria CUTHAB várias vezes resolveu, vai lá, mede, volta, vai à Justiça; na Vila da Mata, aonde vai, mede, vai à Justiça; e por aí vai. Eu poderia citar 500 vilas de Porto Alegre onde foi resolvido, onde a CUTHAB participa de audiências, vai à Justiça, entra com o delegado, caso veja que o dono que está buscando a área é grileiro, uma série de coisas. E hoje o Departamento está invadido, dificultando o acesso das pessoas que necessitam. A moradia na cidade de Porto Alegre é discutida no Orçamento Participativo, uma grife da cidade de Porto Alegre. Não é grife de nenhum partido. Ninguém mais é dono do OP. O Orçamento Participativo pertence à cidade de Porto Alegre. Ele não pertence a nenhum partido, não pertence a nenhum gestor que sentar na cadeira da Prefeitura. O OP pertence ao povo de Porto Alegre, às vilas de Porto Alegre, aos seus conselheiros, aos seus delegados, aos seus participantes e tem que ser respeitado! Não dá o direito às pessoas que não participam do Orçamento Participativo, pessoas que lá não discutem, simplesmente, pegar e invadir um órgão que trabalha para o Orçamento Participativo. Então, isso dá o direito de invadir para pessoas que não conseguem ficha num posto de saúde! Dá o direito de invadir para pessoas que não conseguem uma escola para os seus filhos! Eu acho que não é isso que nós estamos procurando na cidade de Porto Alegre; estamos procurando que as coisas funcionem e só vão funcionar com muito diálogo, com a participação popular de fato. E a participação popular, de fato, a cidade de Porto Alegre já mandou para o exterior, já mandou para outros países. A cidade de Porto Alegre já fez, como gosto de dizer, *case*, que é o Orçamento Participativo, em que as suas assembleias, deliberações, decisões e políticas têm que ser respeitadas.

Esse é o encaminhamento que a bancada do nosso partido faz aqui; pedimos encarecidamente, como já foi dito, que as lideranças políticas que estão por trás dessa ocupação intervenham: ocupem a Prefeitura, terão todo o nosso apoio; desocupem o Departamento Municipal de Habitação. Nós precisamos distribuir os aluguéis sociais, nós precisamos dar os encaminhamentos que as comunidades estão esperando, muitas vezes só falta uma assinatura do DEMHAB. Não é dizer que o DEMHAB está funcionando – não tem como funcionar, porque senão nós teríamos trabalhado na ocupação da Câmara. Não tem como funcionar! Este é o nosso encaminhamento. Com muita força, fé e a participação do povo, nós vamos avançar na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença da Sra. Laura Elisa Machado, representante do Conselho do Orçamento Participativo/Movimentos Habitacionais.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Sr. Presidente, Vereadoras, Vereadores, principalmente Ver. Dr. Thiago, que me cumprimenta aqui. O assunto todos nós sabemos, é educação, saúde e segurança, mas eu cobrei muito que a Copa do Mundo seria uma grande oportunidade para este País. E assim também estou cobrando em relação a um dos eventos maiores do mundo: as Olimpíadas! Ver. Villela, eu tenho visto muito na televisão, eu sempre me emocionei e vou me emocionar sempre pelo esporte. Aqui nós temos uma pessoa, o atleta Sérgio, atual bicampeão mundial de *taekwondo* adaptado a cadeirantes. Está ali! Ele busca apoio da Câmara Municipal de Porto Alegre para instalar o equipamento que permita que esta modalidade seja ampliada no Rio Grande do Sul. Em São Paulo e no Rio de Janeiro isso já existe, por isso queremos o apoio para ampliar essa modalidade de esporte em nosso Estado. O Sérgio disputa competições com recursos próprios, não tem patrocinadores, não tem pai. Parabéns, Sérgio, isso me emociona, porque eu achei que eu ia ver, nos jogos Olímpicos - eu fico emocionado -, um medalhista real em cada Estado, em cada cidade por onde essa tocha passou. E que ali estivesse o futuro sonho pelas Olimpíadas, que seriam as crianças e os adolescentes acompanhando essa tocha, porque eles serão o futuro. Assim foi meu sonho quando eu era criança, me emocionava quando enxergava o pé de um atleta. Eu tive dois caminhos na minha vida: jogar futebol ou atletismo de cem metros rasos; eu escolhi jogar futebol. O esporte me emociona. Será que os governantes não estão nos ouvindo a cada fala nossa? Nós não somos ouvidos. A cada fala de atletas campeões de medalha de ouro... Ontem eu ouvi no Fantástico, eu ouvi no sábado também, a fala da nossa Daiane dizendo que o esporte forma o cidadão, ele dá disciplina, respeito e companheirismo, coisas que estamos buscando para que esse País seja mais humano. Gente, nós vamos bater nessa tecla até o fim, mas para mim a educação e o esporte fazem um país educado e humano. Nós estamos vivendo numa época muito perigosa, numa época em que ninguém respeita ninguém, numa época que não tem companheirismo. Então estão aí os Jogos Olímpicos, gente, para que nós, Parlamentares, governantes, tiremos proveito destas Olimpíadas, já que não tiramos na Copa do Mundo. Não tiramos proveito nenhum. Fizemos viadutos, fizemos tudo, mas não fizemos uma coisa básica: olhar o futuro deste País.

Eles foram os que menos participaram, e assim está sendo também agora nas Olimpíadas. Não sou contra quem está andando com a tocha, mas sou favorável a que ali esteja o futuro, que seja o sonho dessas crianças para as Olimpíadas daqui a quatro anos. Aí, Sofia, nós vamos ter um país educado, vamos ter um país companheiro, com companheirismo, com educação, com disciplina. O esporte nos traz isso. Graças a Deus, eu segui o esporte. Graças a Deus, hoje eu sou um cidadão equilibrado.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sim, joguei muito, Bosco, muitos Gre-Nais, mas ali dentro deixei grandes companheiros, como Valdomiro e outros grandes jogadores que ali passaram. A minha disputa era dentro do campo, era uma disputa limpa, era uma disputa linda e bonita que maravilhava o povo.

Então, Presidente, espero que as Olimpíadas cheguem neste País e que este País enxergue um pouquinho mais que são as crianças e os adolescentes que vão usufruir essas Olimpíadas. Deem uma chance a eles, pelo amor de Deus! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu venho a esta tribuna já com algumas assinaturas de Vereadores e Vereadoras, colegas. Estou vendo que outros Vereadores estão chegando; tenho certeza de que também subscreverão o documento que não tive tempo de passar a todos os colegas, sobre algo que é fundamental e que esta Casa, de uma forma unânime defende, que é a saúde da população brasileira.

Venho a esta tribuna para dar ciência de um requerimento solicitando a formação de uma Frente Parlamentar em Defesa do Grupo Hospitalar Conceição cem por cento SUS.

Nós estamos vivendo um momento difícil da Nação brasileira, quando declarações e mesmo a desestruturação de alguns espaços estratégicos do Ministério da Saúde têm demandado a preocupação aos usuários, aos trabalhadores e muitos gestores do Sistema Único de Saúde, comprometidos com a implementação do SUS. Então, o requerimento desta frente parlamentar é exatamente no sentido de que esta Câmara Municipal, considerando a importância do Grupo Hospitalar Conceição para a população de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, o nosso Poder Legislativo, tendo uma Frente Parlamentar em Defesa do GHC cem por cento SUS, se constituindo, e aí são todos os partidos, são todas as agremiações, a representação política desta Casa é importante para que este Poder Legislativo, em conjunto com a sociedade civil, com os trabalhadores em saúde, com os trabalhadores do GHC e principalmente com os usuários do Sistema Único de Saúde do Grupo Hospitalar Conceição possamos contribuir para o cumprimento dos preceitos constitucionais que fundamentam que saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

Todos os senhores e senhoras sabem que eu fui Diretora-Superintendente do Grupo Hospitalar Conceição, o que foi um aprendizado importante, foram avanços significativos no processo, desde a atenção primária até a alta complexidade, naturalmente que absorvendo o que já havia de positivo dentro do GHC, mas procurando avançar ainda mais para a construção do Sistema Único de Saúde, inclusive criando, à época, a Escola do GHC, que é um ponto de referência e de estágio para as universidades, sejam públicas ou privadas, de campo de estágio para a formação de equipes multiprofissionais.

Então, o GHC é referência no atendimento do Sistema de Saúde, formado, nós sabemos, por quatro hospitais, mas além dos hospitais nós temos a UPA – que denominamos, à época, de Moacyr Scliar –, 12 postos de saúde do serviço de saúde

comunitária, 3 centros de atenção psicossocial, centro de educação tecnológica e pesquisa em saúde, que é a Escola do GHC, que eu referia há pouco. Então, o GHC é um formador e um capacitador de profissionais de saúde e do atendimento à saúde, da porta da entrada, passando pela média complexidade, chegando à alta complexidade.

Já assinaram esta frente parlamentar, e eu quero agradecer, tenho certeza de que outros Vereadores irão assinar, esta Vereadora, o Ver. Mario Manfro - que é da área de saúde -, a Ver.^a Sofia Cavedon, a Ver.^a Fernanda Melchionna, o Ver. Dr. Goulart - médico do SUS -, o Ver. Dr. Thiago, também médico do Sistema Único de Saúde, o Ver. Cláudio Janta, o Ver. Delegado Cleiton, o Ver. Comassetto e esta Vereadora, até este momento. Vamos colher mais assinaturas; creio que é importante a atenção nossa pelo significado do Grupo Hospitalar Conceição, ele atende 30% de Porto Alegre, ele atende todo o Estado do Rio Grande do Sul, a nossa Região Metropolitana, ele é um complexo de saúde do Ministério da Saúde, cem por cento público por uma decisão política, desde 2003, tive a honra de dar continuidade a essa decisão, o GHC é considerado aquilo que eu chamo de um berçário dos gaúchos, são 8,3 mil partos ocorridos, por exemplo, no Conceição e no Fêmima. No Fêmima há um banco de leite materno que está já como referência para a América Latina, não só para o Brasil, o que significa, falando em nascimentos, em mais de um nascimento por hora. E com a missão fundamental do GHC de oferecer atenção integral à saúde, com acesso, qualidade, eficácia organizacional, desenvolvendo ações de ensino e pesquisa.

A saúde não é apenas atendimento, é muito mais do que isso. Um próprio de saúde público dá conta inclusive desta formação e capacitação de profissionais na ótica da equipe multidisciplinar, valorizando todos os trabalhadores em saúde e beneficiando, portanto, os usuários do Sistema Único de Saúde, que cada vez têm uma dimensão maior, até porque temos muitos casos de câncer evoluindo, e também pessoas vivendo com mais tempo, com a própria questão das doenças crônicas pelo envelhecimento. Agradeço a atenção de todos, tenho certeza de que mais colegas vão assinar, Ver. Cassio, para constituirmos a Frente Parlamentar em Defesa do GHC cem por cento SUS. Esta Câmara Municipal, como sempre e mais uma vez, ao lado da busca da saúde, da defesa da saúde, do serviço público e fundamentalmente dos usuários.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente; colegas, um abraço a todos, um bom reinício, venho a esta tribuna em nome do Partido dos Trabalhadores, então, fazer uma comunicação da resolução das decisões de nossa convenção partidária neste fim de semana, convenção que foi concomitante à convenção do PCdoB, o Partido Comunista do Brasil, que acabou concluindo uma grande unidade, no final de tarde de sábado, consagrando a coligação que apresentará a Porto Alegre, Ver.^a Jussara Cony, Raul Pont e Silvana Conti para a Prefeitura, com a coligação Cidade Democrática. Acho

que Porto Alegre vai assistir um debate profundo, importante. E a nossa coligação, com esses dois nomes, pretende discutir a democracia que está fraudada, está enfraquecida ou virou apenas um lema, uma imagem tênue na nossa Cidade. Nós pretendemos mostrar que é possível a democracia, e que ela seja substantiva, que ela seja verdadeira, que ela respeite de fato a soberania popular, seja no Orçamento Participativo, que decida de fato sobre o conjunto das finanças; seja no respaldo e no fortalecimento dos conselhos temáticos, que hoje são homologadores, infelizmente, quase todos eles, das ações do Governo, não são representativos de uma cidade plural, de uma cidade crítica; seja na consequência, Ver. Eng^o Comassetto, as audiências públicas, a seriedade na escuta, quando se chama a população, porque não é isso que se vê nas gestões que nós estamos vivendo nos últimos anos. Audiências públicas que esta Casa acolheu, grandes audiências, não tiveram consequência nenhuma para a gestão da cidade de Porto Alegre. Houve um desrespeito à cidadania, que se posicionou contra o modelo do Cais do Porto, que se posicionou contra a duplicação da Av. Edvaldo Pereira Paiva, que se posiciona contra as prioridades que esta Cidade faz de grandes obras em detrimento da população, do direito de morar. E aqui nesta Casa se posiciona contra a especulação imobiliária, contra essa licitação dos ônibus que nada alterou, que aumentou a passagem e que não alterou a qualidade dos serviços. Então, o centro será, de fato, a democratização das políticas públicas e a real escuta e respeito à vontade soberana da cidadania. Raul Pont e Silvana Conti também vão apresentar uma crítica profunda à qualidade dos serviços na cidade de Porto Alegre, a sua fragmentação, a terceirização que desqualifica, que não chega ao conjunto da população, que não é educativa para uma Cidade, de fato, onde o cidadão recebe o serviço, mas ele é protagonista do cuidado da Cidade, da preservação ambiental da Cidade, do tratamento adequado ao lixo. Nossa Cidade, pela coligação Cidade Democrática, vai transformar a cidade de Porto Alegre, propor uma Cidade muito mais segura, com a pró-atividade que um Prefeito ou uma Prefeita pode e deve ter, trabalhando, de forma integrada, a sua tecnologia - a sua Guarda, a sua EPTC, a SAMU - à ação de vigilância que existe hoje no Centro Integrado. Trabalhar, conjuntamente, com a Brigada Militar, com a Polícia Civil e, de fato, levar a política pública à juventude que está morrendo, vítima da violência. Nossa coligação tem muito a dizer, vem aliançada não só, Ver.^a Jussara, com o PT e o PCdoB, vem aliançada com os movimentos sociais, com os movimentos de resistência ao golpe. Tem, claramente, nitidamente, o compromisso com a restituição, restabelecimento da democracia neste País. Por quê? Porque esse golpe já prejudica, Ver. Marcelo Sgarbossa, a nossa Cidade, porque a mudança, nas políticas públicas, que Temer está promovendo, como atingir a saúde, como atingir o Mais Médicos, como atingir os programas de Bolsa Família para baixa renda, como terminar com o Ciência Sem Fronteiras, a redução do desenvolvimento, juros altos e atingir os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Isso tudo diz respeito à cidade de Porto Alegre, a nossa Capital que já sente a diferença na linha que esse Governo interino, golpista, está tomando. Se aprovar, no Congresso Nacional, o limite para os gastos em políticas públicas, que desastre será a capacidade da nossa Cidade de investimento nas políticas públicas e investimento na qualidade do funcionalismo municipal, debate tão forte, demanda tão importante que esta Câmara

vem acolhendo. Então, fecho anunciando que a coligação Cidade Democrática se apresentará para a evolução da democracia na Cidade e para retomar, de fato, uma Cidade mais feliz, melhor atendida nos seus serviços e de forma mais equilibrada, mais justa, para beneficiar todos e não apenas poucos privilegiados. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores; colegas que nos assistem e que estão presentes neste momento; espectadores da TVCâmara, nós queremos trazer também a nossa manifestação a respeito do momento muito significativo que nós vivenciamos no dia de ontem, quando, no Teatro Dante Barone, na Assembleia Legislativa, nós estivemos realizando a nossa convenção. Foi um momento muito especial, um momento histórico para a nossa cidade de Porto Alegre, quando nós tivemos alianças estabelecidas e, de forma muito especial, o lançamento da candidatura à Prefeitura de Porto Alegre do nosso candidato Maurício Dziedrick, que foi Vereador desta Casa, em uma campanha que já é reconhecida e batizada como “novas ideias”. A aliança traz a proposta do novo, traz a proposta de uma oxigenação, traz a proposta de um jovem que tem êxito eleitoral e que tem uma visão ampliada no que diz respeito à cidade de Porto Alegre, que nos diz respeito a nossa população, em que o principal é ouvir, é dar atenção, é agir com o calor humano que é peculiar do nosso candidato, Mauricio Dziedrick. Nós temos, nesta aliança, a presença do PRB, a presença do PSC, do PTdoB, do PRP, do PR e do Solidariedade. O PR está vindo com o Coronel Bonete, trazendo aí a sua experiência, a sua maturidade no que diz respeito ao tema da segurança. Nós temos uma realidade que está posta no nosso Estado do Rio Grande do Sul e na cidade de Porto Alegre, e temos certeza de que a experiência do Coronel Bonete, com a jovialidade do Maurício Dziedrick, trarão à população de Porto Alegre a possibilidade de um amplo debate, de forma profundamente democrático, respeitoso e, sobretudo, trazendo os pontos, as opiniões e contraponto no objetivo maior de garantir à cidade de Porto Alegre a possibilidade de decidir por um novo para a nossa Cidade. De forma muito especial, nós, ontem, tivemos a presença do Ministro do Trabalho e Emprego, o Deputado Federal do PTB Ronaldo Nogueira, Ver. Cecchim, que também tem um profundo apreço pelo nosso amigo. Ele estava presente, prestigiando aquele momento especial. De forma muito especial, nós estávamos reunidos com o também Deputado Cherini e com o Ver. Janta, representando o Partido Solidariedade. Também tivemos a representação do Missionário Volnei, do Partido Social Cristão, e de tantas outras lideranças em uma nominata que tem mais de cem candidatos a Vereador na cidade de Porto Alegre. Nós vimos, Ver. Cassio Trogildo, um grupo de Vereadores, candidatos e pré-candidatos profundamente motivados para este momento que nós estamos vivendo.

Nós temos declarado, de forma pública, 20 anos de espera para 4 anos de história. O PTB, durante 20 anos, esteve aguardando este momento de estar no protagonismo, levantando a bandeira e levando essa proposta aos mais diversos cantos da cidade de Porto Alegre. Portanto, são 20 anos de espera para 4 anos de história, trazendo aos nobres colegas e à população que nos assiste através da TVCâmara este momento especial que nós estamos vivendo, na cidade de Porto Alegre, com a homologação, ontem, da candidatura do Maurício Dziedricki, Vereador, Deputado, Secretário de Obras em níveis municipal e estadual, Secretário da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa e, agora, Deputado Estadual. É jovem, mas é um jovem preparado para fazer história na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Elizandro Sabino. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Presidente, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadores e Vereadoras, quero cumprimentar aqui a Ver.^a Jussara Cony, do PCdoB; a Ver.^a Fernanda Melchionna e o Ver. Prof. Alex, do PSOL; a Ver.^a Sofia Cavedon, o Ver. Marcelo Sgarbossa e o Ver. Adeli Sell, do PT. Tenho a honra de vir aqui falar em nome da oposição.

Nós iniciamos esta tarde, na primeira intervenção do recesso, recebendo aqui um conjunto de comunitários para tratar sobre o conflito da ocupação do DEMHAB, que, em resumo, é só um episódio do tema da habitação em Porto Alegre. Eu quero registrar que nós – as nossas bancadas estão aqui – temos proposto continuamente fazer o debate da reforma urbana na cidade de Porto Alegre, porque a atual gestão perdeu por completo a capacidade de gestão e a capacidade de produzir o desenvolvimento da Cidade e resolver os problemas sociais existentes.

Vou começar, Ver.^a Jussara Cony, pela habitação. Porto Alegre possui 750 vilas irregulares. O que é dito todo dia? Querem regularizar, vão para o Orçamento Participativo. Temos acordo que o Orçamento Participativo é um processo democrático, mas o Orçamento Participativo, por si só, não resolve problemas estruturais da cidade de Porto Alegre.

Nós temos 750 vilas irregulares. Se fosse regularizada uma por ano em cada uma das regiões de planejamento, que são 17, nós teríamos 17 comunidades regularizadas por ano. Portanto, Ver. Adeli, fazendo 17 por ano, levaríamos 44 anos para regularizar. Provavelmente, a grande maioria de nós aqui já teria ido para outro espaço.

(Aparte antirregimental.)

O SR. ENG° COMASSETTO: Eu também gostaria de não, mas, mais 44 anos... Nós temos 60 comunidades que estão com reintegração de posse e, aqui neste plenário, nós, da CUTHAB, fazemos acordos com o Governo Municipal. Mas a grande maioria dos acordos não são cumpridos, e as pessoas são despejadas. São 60 comunidades, são 23 mil famílias; se pegarmos vezes quatro, são 92 mil pessoas a ponto para serem despejadas.

Quando o Presidente Lula lançou o Minha Casa, Minha Vida, e o Dr. Goulart era o Secretário de Habitação, abriu um edital. Quantas pessoas sem casa se cadastraram em Porto Alegre? Cinquenta e cinco mil famílias, em 2009. Nós estamos em 2016, Ver. Tarciso, se passaram sete anos. Quantas casas na faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida foram entregues? Três mil unidades habitacionais. Isso dá em torno de 400 por ano, em média. Nesse ritmo, sabe quantos anos a Administração levará? Levará 140 anos para resolver o problema habitacional da Cidade.

Nós estamos aqui dizendo que esta gestão está sem planejamento e sem política habitacional, e aí nós poderíamos ir para a Saúde. Todas as comunidades estão batendo na nossa porta, porque o Governo Municipal, que apoia o Governo golpista do Temer, que está acabando com o Mais Médicos, está retirando os 127 médicos de Porto Alegre, e as comunidades estão ficando sem médicos. Eu quero ver agora os médicos daqui do Brasil baterem o ponto como os médicos estrangeiros: irem às 8h da manhã e atenderem todas as famílias com dignidade. É isso o que nós estamos debatendo. Para concluir, Sr. Presidente, nós temos acordo, Ver. Dr. Goulart, ao dizer que tem que abrir espaço para os médicos brasileiros. Mas tem que seguir com o mesmo ritmo, a mesma qualidade, a mesma eficiência que a comunidade terapêutica mundial, que são os médicos que vieram para o Brasil, teve, com a dignidade com que agiu aliada a muitos médicos brasileiros. Mas os médicos daqui não querem ir para o Rubem Berta, não querem ir para a Safira, não querem ir para a Restinga, não querem. Essa é a posição do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul. Portanto, nós temos que convidá-lo, Sr. Presidente, para vir aqui fazer um debate sobre como vai ser resolvido o problema da saúde em Porto Alegre. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Em verdade, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu tinha me inscrito antes da conclusão do Vereador que me antecedeu, cujo tema, Ver. Thiago, na primeira oportunidade que houver, eu vou esclarecer amplamente, porque foram ditas diatribes inconcebíveis de serem proferidas numa Câmara de Vereadores. Aliás eu acho que a coragem do Ver. Comassetto é imensa: quebraram, literalmente, este País, roubaram deste País e querem cobrar resultados dos outros que não roubaram. O que é isso? Vá cobrar dos ladrões, rapaz! Vá cobrar dos ladrões! É isso que tem que fazer! Ora! Falar que a habitação de Porto Alegre não

andou... Essa é a maior crítica que pode ser feita ao programa máximo da Presidente Dilma, que era o Minha Casa, Minha Vida, que ficou sendo o Meu Sonho, meu Desengano! A Caixa Econômica Federal está abarrotada de projetos do Município atendendo a Áreas de Interesse Social que não são liberados, para fazer as prometidas casas de que o programa Minha Casa, Minha Vida falava. O Município de Porto Alegre, único no Brasil, em cada unidade – Ver. Dr. Goulart, que foi um dos grandes responsáveis por esse avanço – construída para a população de baixa renda, contribui com o equivalente a oito unidades... a oito CUBs. Eu estou até meio esquecido! Eu fiquei aloprado, parece que eu tinha entrado no PT, me aloprei! Aloprei ouvindo o meu querido amigo Comassetto dizendo as besteiras que disse. Só reconhecendo a sua imensa coragem! É de uma coragem imensa, mas essa coragem é de quem está em luta, em desespero para tentar mudar um quadro. Ver. Thiago, o que ele disse a respeito dos médicos, do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, dirigido pelo Dr. Argolo, um homem de bem, um homem decente, que, ao longo do tempo, jamais se curvou para governo nenhum, sempre defendeu a sua categoria! Dizer isso, chamar o Dr. Argolo para discutir com ele! Mas ele está ficando doido! O Dr. Argolo não pode discutir com o Comassetto. Ele está ficando doido! O Dr. Argolo não pode discutir com o Comassetto; o Comassetto com a mentira, enquanto o Doutor trabalha com a verdade. A verdade nós conhecemos, a mentira é a tentativa de mistificar essa realidade, este Brasil, este Rio Grande, esta Porto Alegre, que o PT quebrou literalmente, esta é a mistificação. Quem muda, Vereador e Prefeito Villela? O senhor me perdoe, porque, quando falo em habitação, deveria ter a tranquilidade que o senhor me ensinou, mas me tiraram da tranquilidade. Não fizeram nada em habitação popular, mentiram o tempo todo adoidadamente e, agora, querem cobrar do Prefeito, do Diretor do DEMHAB, não sei de quem mais aquilo que eles deixaram de fazer. Ver. Dr. Thiago, mil perdões por ter vindo à tribuna, mas a minha indignação foi anterior da sua. Quando ele disse as diatribes que aqui disse, e V. Exa se levantou, naturalmente, para responder, eu já estava indignado com o que ele tinha dito em termos de habitação popular num Governo que ficou devendo para este País fortemente por ter quebrado algumas tradições. O Rio Grande do Sul, e Porto Alegre, especialmente, são respeitados no mundo inteiro pelo trabalho que o seu Departamento Municipal de Habitação realizou ao longo desse tempo. Hoje existem cerca de 60 mil unidades entre lotes urbanizados, apartamentos, casas, áreas regularizadas pela intervenção direta do DEMHAB ao longo desse tempo todo.

Sr. Presidente, eu disse para o Ver. Dr. Goulart: “Eu lhe concedo esse direito, mas não acredite nessa gente. Nós vamos dar tudo o que temos, e eles vão nos passar um blefe, vão nos enganar!” E nos enganaram, não fizeram nada e, agora, têm um porta-voz que vem para a tribuna dizer que os outros aqui não fizeram. Ora! O mundo endoidou, e eu estou endoidando junto com essa mentira, com essa vergonha e, sobretudo, com essa desfaçatez de querer transferir a responsabilidade para aqueles que foram roubados na sua boa-fé em favor dos ladrões, que roubaram deslavadamente e demoradamente da Nação brasileira. Ora, com os R\$ 70 bilhões que roubaram da

Petrobras, Ver. Dr. Thiago, dava para dar médico e saúde para Deus e o diabo! Até para os ladrões. Mas eles roubaram e não devolveram.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. ADELI SELL (Requerimento): Eu peço que a Mesa oriente todos os 36 Vereadores para que, quando usarem o plural, cuidem muito. Em segundo lugar, eu quero fazer um requerimento pedindo que, sempre que alguém utilizar expressões indevidas, a Mesa possa chamar a atenção. Ladrão eu nunca fui, não sou e não serei. Portanto, repudio o plural.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Adeli Sell, o seu requerimento será devidamente encaminhado, faça-o por escrito. Contudo todas as manifestações são de responsabilidade dos autores dos pronunciamentos.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, eu não posso usar o singular, já foi uma máfia que roubou deste País. Quem se sentir atingido, quem botar o barrete na cabeça... Eu não posso fazer nada.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver.^a Sofia, por favor, tivemos uma manifestação, um contraponto. Eu não tenho controle sobre esse microfone, mas gostaria que houvesse bom senso. Temos uma Vereadora inscrita em Liderança, a Ver.^a Fernanda Melchionna, pelo PSOL.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ficou desigual.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu fiz a equidade: o Ver. Adeli Sell falou, e o Ver. Reginaldo Pujol teve a sua manifestação.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas; eu vejo que o plenário menor...

(Aparte antirregimental.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: É, não acirrou mais os ânimos. Eu queria trazer ao conjunto da Câmara Municipal a nossa convenção, realizada dia 24 de julho, no teatro Dante Barone, que não só ficou lotado como faltou lugar para o tamanho do calor dos movimentos sociais das mulheres, dos ativistas, dos trabalhadores, das lideranças comunitárias que sonham com uma alternativa para Porto Alegre, de mãos limpas e pés no chão, uma alternativa calcada na coerência daqueles que não se venderam nem se renderam aos banquetes fartos do poder. E, ao mesmo

tempo, que essa coerência tenha condições de fazer os enfrentamentos necessários aos ataques e aos ajustes do Governo ilegítimo Temer, como a tentativa de fazer uma reforma da previdência, que faz com que as pessoas trabalhem até os 70 anos para se aposentar; a tentativa lamentável e recorrente de atacar as nossas universidades públicas, ou a tentativa de privatização do SUS. É preciso ter cidades que, com governos pautados por outra lógica, façam uma frente nacional de enfrentamento a esses ajustes e a esse verdadeiro massacre que se sucede nos Municípios. É preciso que o governo também tenha posição frente às políticas nefastas realizadas pelo Governo Sartori no que diz respeito ao parcelamento do salário dos funcionários. O nosso Estado e a nossa Capital vivem mais um momento de crise, quando apenas R\$ 650,00 foram depositados para milhares de trabalhadores que dedicam sua vida ao serviço público. Inclusive a segurança pública, tão carente e tão sentida pela nossa população, fará a sua mobilização na quinta-feira, diante do descalabro deste Governo.

Estamos com os pés no chão para apresentar alternativas concretas para a cidade de Porto Alegre, que passam por uma política de moradia popular. Infelizmente, eu não vivo, Ver. Reginaldo Pujol, na mesma Cidade que o senhor falou aqui na tribuna; infelizmente, em 8 anos, 50 mil pessoas foram inscritas no programa Minha Casa, Minha Vida, com menos de 2 mil casas entregues. Nós vivemos em uma cidade que desrespeita a sua população, quando não regulariza as comunidades irregulares, quando não garante recursos em instrumentos fundamentais para moradia social. A Prefeitura gasta mais com os CCs do que em recursos na política pública de habitação social. Nós precisamos de respostas concretas para a crise da saúde, para a superlotação das emergências e para o desmonte das políticas de saúde no Município, com a falta de medicamentos nas farmácias distritais. É preciso uma política que garanta direitos às nossas mulheres, aos LGBTs, aos negros e negras, à população indígena, uma política transversal que garanta direitos. É preciso que o Município pare com o jogo de empurra e se responsabilize pela segurança pública. É preciso a construção de uma cidade democrática, que ouça seus trabalhadores e governe junto com os funcionários concursados.

Por isso o pessoal, por unanimidade, lançou, na sua convenção, o nome da companheira Luciana Genro para encabeçar a nossa chapa, junto com o companheiro Pedro Ruas, colocando uma chapa necessária para a reconstrução não só dos sonhos, mas de uma chapa viável no que diz respeito à construção de uma nova Porto Alegre. Nós temos afirmado, assim como a Erundina, em São Paulo, que os sonhos podem governar. Nós lutaremos junto com os movimentos e junto com a cidadania da nossa Cidade, para que os sonhos vençam as máquinas eleitorais, para que os sonhos vençam as campanhas milionárias, como, muitas vezes, na história, inclusive na de Porto Alegre, já aconteceu, como na história do nosso País já aconteceu. É necessário resgatar essa indignação com a possibilidade e com a esperança de mudar a nossa Capital. Nós temos a convicção de que uma unidade que garanta temas fundamentais da nossa população pode ser uma alternativa real à cidade de Porto Alegre, e, repito, com as mãos limpas e com os pés no chão.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria desta Presidência, solicitando a transferência do período de Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h50min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando a retirada de tramitação do PLCL nº 009/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do João Carlos Nedel, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PR nº 018/15. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. ENGº COMASSETTO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, passar à discussão e votação do PLE nº 001/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento): Sr. Presidente, em virtude da ausência do autor, Ver. Márcio Bins Ely, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 007/15 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, estamos todos aqui, os Vereadores da oposição, eu, o Ver. Alex, o Ver. Marcelo, a Ver.^a Fernanda, Jussara, Comassetto e Adeli Sell, extremamente preocupados com o tema da água em Porto Alegre. Achamos que não bastam as respostas veiculadas na imprensa, ou o debate que houve na Comissão. Queremos solicitar que V. Exa. requeira a presença, nesta Casa, do Diretor do Departamento de Água e Esgotos, da Fepam, do Ministério Público, que abriu inquérito, para que tragam elementos que elucidem tanto a situação atual quanto as providências que estão sendo tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver.^a Sofia e demais Vereadores, quero informar que, durante o recesso desta Casa, em uma das Reuniões Representativas, o Ver. Waldir Canal já havia feito um requerimento sugerindo o mesmo para esta Presidência. Eu já fiz o convite, e, no dia 3 de agosto, teremos a presença do Diretor do DMAE. Também convidamos a Fepam. Não convidamos o Ministério Público, mas podemos agregar o convite a esse órgão. Então, teremos este acontecimento aqui na Casa.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Muito bem. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando que seja considerado em regime de urgência e submetido à Reunião Conjunta o PLCL nº 025/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0105/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 001/16, que declara de utilidade pública a Associação de Mães Rita Yasmin – AMRY.

Pareceres:

- da **CCJ.** Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR.** Relator Ver. Idenir Cecchim: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 11-07-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLE nº 001/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0855/13 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 010/13, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, que inclui Seção I “Dos eventos esportivos, culturais e de entretenimentos” no Capítulo II do Título II da Lei

Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975 – Código de Posturas do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, tornando os organizadores de eventos que especifica responsáveis pela garantia da segurança dos participantes.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Reginaldo Pujol: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Delegado Cleiton: pela rejeição do Projeto (Empatado);
- da **CECE**. Relator Ver. Tarciso Flecha Negra: pela rejeição do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alberto Kopittke: pela aprovação do Projeto (Empatado).

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 25-05-15.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCL nº 010/13. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 010/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; eu vou abrir a discussão e quero ouvir dos senhores e das senhoras se há dúvidas sobre este tema que tramitou em várias comissões e está aguardando um maior concerto com o Ver. Kevin Krieger, que assumiu funções no Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e quer discutir um pouco melhor esse tema. Essa proposta não é voltada aos jogos de futebol. Ela acaba os implicando, mas é uma proposta que visa a deixar claro, no Código de Posturas de Porto Alegre, de quem é a responsabilidade com a segurança dos eventos que são realizados na Cidade. Hoje há uma ausência de regramento em Porto Alegre, e cada um dos promotores de eventos realiza, na maior parte das vezes, conforme a regra do estabelecimento que vai receber o evento. Então, a Sogipa tem as suas regras: são tantas seguranças que têm que ser contratados. Vai para o Grêmio Náutico União, e há outras regras; vai fazer na rua, num espaço público, acaba a EPTC trabalhando, a Brigada Militar, enfim.

E o que nós estamos propondo? Não estamos estabelecendo o número de seguranças, a qualificação deles. Estamos dizendo que os organizadores de eventos esportivos, culturais e de entretenimento de natureza particular realizados em estádios, ginásios, centros de eventos, locais de espetáculos e similares são responsáveis pela garantia da segurança e da incolumidade dos participantes nos espaços utilizados para sua realização. Em parágrafo único, dizemos que os organizadores deverão dispor de agentes de segurança em quantidade e qualificação estabelecidas pelos órgãos de segurança pública e de licenciamento competentes nos termos da legislação vigente. O

que nós dizemos aqui? Que há legislação sobre segurança em relação a incêndios, já há legislação sobre vários aspectos. Sobre o tema do homem e da mulher que farão a segurança, estamos remetendo, e aí vai mais adiante, a um *checklist*, a uma norma que os órgãos de segurança deverão emitir. Portanto, tanto a Secretaria Municipal de Segurança quanto a Secretaria Estadual de Segurança, nas suas diferentes instituições, Brigada Militar, Polícia Civil... Já conversamos isso com o Cel. Ikeda, já conversamos isso com os Secretários de Segurança anteriores, pois o processo tramita já há algum tempo. Eles vão gerar uma normativa, vão estabelecer que tipo de formação e que quantidade tem que ter, conforme o número de pessoas e determinadas características do evento a se realizar. A ideia é que tenhamos uma regra a ser cumprida, e que essa regra seja gerada pelos órgãos de segurança.

Nós também prevemos, no artigo seguinte, 24-B do Código de Segurança, que os organizadores poderão utilizar segurança privada ou firmar convênio com a Brigada Militar. Fica aberta a possibilidade de haver convênio com a Brigada Militar, como já houve, em Porto Alegre, com a SMIC. O próprio órgão público já fez, e aqui estamos tratando de iniciativa privada. Quero dizer que é possível que a Brigada tenha essa vocação, ou que ela tenha essa obrigação. Ela poderá dizer que não tem como fazer e não fará, mas fica aberta a possibilidade de convênio com a Brigada Militar. Este caso do convênio deverá prever o ressarcimento de horas extraordinárias para o efetivo empregado, bem como o custeio do serviço prestado. Não parece, mas hoje o Cel. Ikeda diz que utiliza, dentro dos estádios, exemplificando estádios... Mas, se exemplificar com a SMIC, eram horas extraordinárias – o Ver. Adeli deve lembrar, pois o convênio é da sua época, ou anterior –, e o convênio com a SMIC previa pagamento direto aos funcionários, aos brigadianos mesmo, e tinha alguma coisa de custeio. É a forma como a Prefeitura achou o convênio com a Brigada.

O Sr. Dr. Goulart: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Venho saudar essa iniciativa, Vereadora, porque nós participamos com esse convênio na segurança, principalmente nas casas noturnas, das atribulações que aconteceram no Centro da Cidade. Agora, a última, em que não se encontrava uma saída, é para atingir os bombeiros, porque sabe bem V. Exa. que quem cai para ser licenciado como bombeiro leva um ano ou dois anos. Falta número de pessoas e falta dinheiro, que pode ser pago para o Governo através de um convênio. Parabéns pela proposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Todos nós sabemos, e o Ver. Dr. Goulart é testemunha da extrema dificuldade em que vive hoje a Brigada Militar e os próprios brigadianos, os próprios trabalhadores, que, inclusive, indicam uma paralisação nesta quinta-feira. É algo bastante grave, que, se acontecer em nossa Cidade, devemos conversar, talvez na quarta com mais vagar, Presidente Cassio, porque a Cidade está sendo alertada, toda a Cidade, creches, todas, que não trabalhem na quinta-feira. Nós temos recebido *e-mails* –, e os órgãos representativos têm visitado as creches que eu sei. Algumas me remeteram e estão fazendo um apelo à SMED para que compreenda, porque estão com medo e querem parar na quinta-feira. Nós sabemos da dificuldade de

contingente. O Coronel Ikeda, para encerrar, está aqui para abrir o debate com V. Exas., ver se está maduro, ver se nós precisamos construir alguma emenda. Podemos também postergar a discussão, Ele me disse que hoje, nos jogos, ele tem 25, 24 brigadianos, brigadianas que ficam dentro dos campos de futebol. Já reduziu bastante, mas são utilizadas mais de seis horas no dia em que há jogos. Nós temos jogos, às vezes, três vezes na semana, no mínimo. É, de fato, um comprometimento grande, tem o custeio de carros, de mobilização. Obviamente que, na rua, continuará sendo tarefa da Brigada Militar.

Mas há um grande legado da Copa, que deixou câmeras de vídeo, mais de 200 nos dois estádios. Temos estádios com muita tecnologia, Ver. Mauro, com muita condição de um acompanhamento e com segurança privada muito treinada na época da Copa, que tem agido bastante bem nos jogos. E me parece que esse tema já evoluiu bastante, já temos condições de deixar nítido para a cidade de Porto Alegre essa temática e responsabilizar e orientar e dar condições a quem realiza eventos. Ter claro o que ele necessita para garantir a segurança dos cidadãos e cidadãs. Então, para avaliação de V. Exas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCL nº 010/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; o projeto em referência, Sr. Presidente, que tramita na Casa desde 2013, claramente foi ditado e proposto com a raridade estampada naquelas ocasiões. Já na oportunidade, o parecer prévio da Procuradoria da Casa foi claro e categórico, dizendo que “a. por força do que dispõe o art. 22, inciso I, da Carta Magna, é competência exclusiva da União legislar sobre direito civil, preceito que resta afetado pelo conteúdo normativo do art. 1º da proposição, que está a regular matéria atinente à responsabilidade civil; b. o conteúdo normativo do parágrafo único do art. 24-A da proposição consubstancia interferência em atividades de pessoas jurídicas de direito privado, o que enseja violação aos preceitos constitucionais que resguardam a livre iniciativa e o livre exercício da atividade econômica, consagrados nos artigos 170 e 174 da Constituição Federal.” Prossegue na análise dizendo que “c. o disposto no parágrafo único do art. 24-B da proposição, ao estabelecer critérios para a formalização de convênios por órgão da esfera estadual –Brigada Militar –, extrapola o âmbito da competência municipal; d. por força do que dispõe o art. 94, incisos IV e VII, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, compete privativamente ao chefe do Poder Executivo realizar a administração municipal, o que resta afetado pelo conteúdo do normativo do parágrafo único do art. 24-C, que está a regular destinação de rendas municipais.”

Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, essa manifestação é da Procuradoria da Câmara de Vereadores. Não é opinião deste Vereador, que a ela se soma, se articula, se

alia, e sim de um órgão técnico da Casa, que dá quatro motivos suficientemente capazes de dizer da ilegalidade dessa proposição. A autora procurou, de várias maneiras, manifestar posições divergentes. Não logrou êxito, porque, com clareza, todas essas manifestações não encerraram “condições mínimas de afastar o evidente malferimento aos arts. 22, inc. I, 170 e 174 da Constituição Federal e, também, ao art. 94, incs. IV e VII da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Além disso, não tem o condão de justificar a descabida interferência em órgão da esfera estadual, o que extrapola do âmbito da competência municipal. O legislador deve atuar em estrita observância às limitações que lhe são impostas pelo ordenamento constitucional e orgânico. Na media em que o projeto de lei em comento se afasta desse preceito, contaminado está pelo vício da inconstitucionalidade e inorganicidade. Destarte, a afronta à Carta Magna e à Lei Orgânica Municipal enseja impedimento de ordem jurídica à tramitação da matéria.”

Considerando tudo isso, a nossa postura como ex-integrante da Comissão de Constituição e Justiça, seu presidente à época em que foi exarado esse parecer, é de recomendar à Casa não como Vice-Líder do Governo, mas como integrante desta Casa, advogado militante, profissional que, há vários anos, atua na Comissão de Constituição e Justiça, a não aprovação desse projeto, porque, uma vez aprovado, certamente determinaria um veto pela sua absoluta inconstitucionalidade ou inorganicidade, sem falar no mérito, suscetível de vários exames que, oportunamente, se necessário, faremos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 010/13.

O SR. ADELI SELL : Colegas Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores; um bom debate nos propõe a colega Sofia Cavedon acerca de uma alteração nas regras do nosso Código de Posturas de Porto Alegre. Por sinal, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ainda neste ano, segundo informações que eu tenho, Sr. Presidente, deve enviar à Câmara Municipal uma mudança bastante radical no chamado Código de Posturas, que, se vingar a posição da Prefeitura, Ver. Elizandro, será um código de convivência. O nome é muito discutível, porque, na verdade, como dizem os povos de língua espanhola, nós estamos diante de um *código de policia*, ou seja, diante de um código de posturas. Apesar da força e de, às vezes, não ser muito benquista essa linguagem policial, eu ainda prefiro “código de posturas”, apesar de nós termos que fazer, Ver. Dr. Goulart, um grande movimento para termos uma convivência adequada. Quando a Vereadora propõe uma emenda, ela não fere a constitucionalidade desse projeto; muito pelo contrário, porque já existem elementos dessa mesma formatação no Código de Posturas. Portanto, não está adentrando com algo novo, algo descabido; muito pelo contrário, até seria um tanto quanto discutível usar o dinheiro público da força de segurança do Estado para atividades privadas, como são os grandes eventos na

Cidade, incluindo o nosso sempre muito festejado futebol. Muitos se esquecem de citar o Zequinha, mas ele também existe, além do Grêmio e do Internacional.

Nesse sentido, me parece correta a posição da Ver.^a Sofia. Não traz conforto jurídico à proposta e ao questionamento do Ver. Pujol, mas esse é um bom debate. Aprovando este projeto aqui, nós vamos ver como se comportarão a douta Procuradoria-Geral do Município e o Sr. Prefeito Municipal, que deverá seguir a sua orientação.

Eu quero insistir que, se eu fosse como alguns, eu chegaria aqui para vociferar contra o Governo do Estado, que paga R\$ 650,00 para o brigadiano no final do mês e quer que ele, além de cuidar do cotidiano da Cidade, cuide da briga de futebol. Não é isso que eu vou fazer, apesar de, anteriormente, para o meu desgosto, ter tido uma intervenção que põe todo mundo na vala comum. Não sou desta opinião! Nós temos que, Ver. João Carlos Nedel, Ver. Villela, sempre cuidar para não fazer tábula rasa desta mesquinha e terrível política brasileira, que de política tem muito pouco, porque a coisa pública tem sido abandonada na primeira esquina do caminhar de muitos ditos Parlamentares. Por isso me parece correto nós insistirmos que o que é privado seja privado. É claro, quando houver um grande evento, as ruas, o policiamento em geral será feito e reforçado pela força policial. Mas, no estádio, dentro do estádio, muitas vezes com pancadaria, e no entorno do estádio, no espaço privado, nós temos que exigir que as instituições, que os clubes, que o empreendedor privado garanta essa segurança. Nós temos hoje empresas altamente capacitadas de seguir autoridades, de seguir personalidades, grandes figuras, como jogadores de futebol, como muitos que virão agora para as Olimpíadas no Rio de Janeiro, grandes cantores, grandes artistas.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que acompanho a proposição de minha colega de bancada pela convicção da correção jurídica de que é possível incluir estes elementos no chamado Código de Posturas. E digo mais: pelo que eu acompanhei das discussões do Código de Posturas de Porto Alegre, eu tenho a convicção – e com a equipe que está fazendo esse código na Prefeitura de Porto Alegre –, eu tenho a certeza de que ele será um bom código, e nós faremos poucas emendas. Mas, nessa emenda, eu acompanho a colega de bancada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLCL n^o 010/13.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, é com muita satisfação que venho à tribuna defender essa emenda da Ver.^a Sofia. Mas, neste momento, também com muita tristeza. Quero dizer ao meu prezado colega Ver. Reginaldo Pujol que nós – eu, o Ver. Eng^o Comassetto, a Ver.^a Sofia Cavedon, o Ver. Adeli Sell, o Ver. Marcelo Sgarbossa, a Ver.^a Jussara Cony, o Ver. Prof. Alex Fraga, a Ver.^a Fernanda Melchionna, a quem representei na minha fala – não temos uma vírgula, sobre os nossos nomes que possa autorizar o senhor a vir aqui nos

chamar de corruptos. O senhor teria que ter respeito aos seus colegas Vereadores, coisa que o senhor não teve. Eu falo isso muito magoado, venho aqui muito triste por ter que dizer isso, porque é inadmissível que qualquer um de nós, quando tivermos uma discordância de conteúdo político, suba aqui trazendo ofensas que não podem ser sustentadas.

Dizendo isso, eu entro no mérito do debate e digo que o Ver. Reginaldo Pujol discorreu longamente com uma falsa doutrina jurídica, para querer dizer que o projeto da Ver.^a Sofia não pode tratar do tema da segurança, envolvendo o território do Município de Porto Alegre numa relação com a política do Estado. Aqui nós temos que separar as opiniões e as posições políticas e temos que apontar a vergonha que o Rio Grande do Sul está passando no tema da segurança pública e no tema da Brigada Militar. Hoje os brigadianos recebem R\$ 650,00, como segunda parcela, do Governo que o senhor apoiou e apoia, Ver. Reginaldo Pujol – tive que vir aqui falar –, quero dizer que isso é vergonhoso para o Estado do Rio Grande do Sul e para Porto Alegre. O que a Ver.^a Sofia Cavedon traz é a possibilidade de a Brigada Militar ser atendida, ser tratada prioritariamente na defesa da população de Porto Alegre, onde não tem segurança.

O Ver. Cláudio Janta veio hoje aqui pedir um minuto de silêncio para uma vítima do crime, creio que foi lá na Vila Bom Jesus, ou na região. Num único dia, tivemos 16 assassinatos em Porto Alegre. Aí a Brigada Militar, que não tem estrutura, que não tem gasolina, que não recebe mais hora extra, tem todo o seu contingente deslocado para aquilo que nós gostamos, apoiamos e queremos que também atendam: os estádios de futebol. Mas os estádios de futebol são privados, eles recebem e recebem muito. Se todo o dinheiro do futebol fosse bem traduzido, o Estado receberia muito mais do que recebe. É disso que nós estamos tratando aqui: que a prioridade do atendimento da Brigada Militar seja para as populações que estão sendo massacradas, mortas, assassinadas. Hoje as comunidades que têm alguma condição vivem presas dentro das suas próprias casas. Muitas pessoas são assassinadas nos portões das suas casas. Este Governo do Estado retira toda a estrutura...

Portanto nós queremos discutir política, política estrutural, e não vejo nenhum problema que tenhamos discordâncias conceituais. Ver. Cassio Trogildo, o nosso partido tem postura, os 36 Vereadores desta Câmara têm dignidade para serem Vereadores e assim merecem ser tratados e respeitados.

Eu concluo dizendo que a Ver.^a Sofia não está propondo tirar completamente a Brigada dos estádios. Ela está dizendo que, se for necessário, a pedido dos próprios clubes de futebol, pode haver um convênio com o Estado e um ressarcimento, para que eles possam dar cobertura em regiões que ficam a descoberto. É justo, porque, num dia como ontem, no Beira-Rio, quando, além do vexame no futebol, teve um vexame de relações sociais, porque houve depredação, tiveram que chamar a segurança, a Brigada Militar. Isso canaliza uma energia que é a energia que está faltando lá nos bairros Rubem Berta, Bom Jesus, Restinga e em outros bairros da cidade de Porto Alegre, mesmo no Centro. Venho aqui dizer que esta emenda é importante, é

oportuna e que devemos analisá-la à luz do que propõe. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCL nº 010/13.

O SR. DR. THIAGO: Quero saudar, dando boa tarde. Pena que não pude utilizar o espaço anterior, mas quero dizer que o Ver. Comassetto tem algum problema com os médicos. Ele faz como o Governo do PT, persegue os médicos – persegue, persegue e persegue! Persegue no individual, Dr. Goulart, e no coletivo; ele persegue, ele é opressor de médicos, é isso que a gente percebe. Acho que foi maltratado quando pequeno, acho que o problema dele era o pediatra, ou o psiquiatra, talvez, um dos dois. Quero dizer que os médicos deste País, deste Estado e desta Cidade, quando foram chamados, sempre deram respostas. Agora, o que não dá é para fazer “programete” com corrupção, como foi o Mais Médicos. Tem que fazer plano de cargos e salários federais, é isso que tem que fazer, tem que tratar a saúde com seriedade! Não dá para fazer “programete” para ensejar a corrupção, que é o que foi feito com o Mais Médicos, fazendo com que essas pessoas que vieram de fora sejam escravas no Brasil. Eles ganham de R\$ 1,5 a R\$ 2 mil reais, esta é a verdade, e o restante vai para o governo de Cuba, para ser caixa dois na campanha deles, esta é a verdade! O que a Cidade quer saber, Vereador, é onde está o relatório da sua Comissão Especial de dois anos atrás! O senhor não quis fazer a CPI da saúde para fazer uma Comissão Especial e não fez nenhuma das duas. Não trouxe o relatório. Cadê o relatório? É o que a Cidade quer saber. A Cidade quer saber por que o senhor não fez a CPI da saúde, por que o senhor não assinou. É isso o que o senhor vai responder nas ruas! Porque, naquela época, lhe servia a conveniência política com o então secretário da saúde, é por isso? É por isso? É isso o que vai responder para a sociedade? Por que, quando foi discutida a questão do Hospital da Restinga e se levantou a favor do fechamento do pronto atendimento, V. Exa. se calou? É isso o que a Cidade quer saber! Por que V. Exa. não se uniu com aqueles que não queriam que se fechasse o pronto atendimento da Restinga? É isso o que a Restinga vai querer saber! Lá na audiência pública que houve na Restinga, quando se deu a notícia do hospital, que seria para fazer o fechamento, eu não vi V. Exa. discutir com o secretário contra o fechamento do pronto atendimento da Restinga! Eu tenho gravações minhas fazendo isso.

Essa coerência é que vai ser cobrada. Eu quero pedir encarecidamente à Presidência desta Casa que me informe o resultado das quatro representações que fiz contra o Ver. Engº Comassetto por falta de decoro nesta tribuna. Eu quero saber isso!

Com relação ao projeto, Ver.^a Sofia, a segurança pública precisa muito de parceria, mas, realmente, tenho dúvidas com relação à constitucionalidade do seu projeto. Portanto me reservo o direito de não votar a favor, porque tenho dúvidas profundas com relação à constitucionalidade do projeto.

Presidente, está terminando o meu tempo e eu gostaria de dizer que aguardo essas respostas. Quero dizer à Ver.^a Sofia que, na Presidência desta Casa, este talvez tenha sido um dos legados que nós podemos ter deixado: nós fizemos uma parceria com a Guarda Municipal, que iniciou lá em 2013 e perdurou com os outros Presidentes – com o Ver. Professor Garcia, que tenha boa saúde; com o Ver. Mauro Pinheiro e com o Ver. Cassio Trogildo agora. Esse conveniamento com a Guarda Municipal está presente no nosso plenário, na nossa Casa e está possibilitando, a cada ano, nós renovarmos, a partir desse conveniamento, 15% da frota da Guarda Municipal. Está ali o Tiago, fazendo sinal de positivo que realmente isso tem sido a diferença; mas, com relação ao seu projeto, Ver.^a Sofia, quero lhe dizer que terei que estudar melhor a questão da constitucionalidade, como disse o Ver. Reginaldo Pujol.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Só para esclarecer, já que o Ver. Dr. Thiago solicitou informações: dois dos procedimentos que tinham em relação ao Ver. Comassetto já foram informados a Vossa Excelência, que não concordou com a retratação e peticionou novamente; agora, Vossa Excelência vem reiteradamente solicitando informações. Nós temos lhe dados a informações, porém alguns procedimentos ainda estão em andamento. Então, digo isso só para que não pare... Não é a primeira vez que Vossa Excelência vai até a tribuna dizer que está solicitando a esta Presidência. Que fique registrado que as informações lhe foram dadas; Vossa Excelência não se conformou e não concordou com duas delas; outras tantas estão em andamento. Então, só para ficar registrado também.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, retratação se trata de...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vereador, não vou discutir o mérito da retratação com Vossa Excelência. A informação está dada. Vossa Excelência utilizou o espaço na tribuna para essa informação. Estou aqui só informando que lhe foi dado ciência. Vossa Excelência discuta no processo o que entender ser a melhor maneira. Não vou discutir o mérito do que está no processo.

O SR. DR. THIAGO: E a Comissão Especial?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Sobre a Comissão Especial também vai ser lhe passado, como tudo que Vossa Excelência tem pedido neste plenário.

O SR. DR. THIAGO: Perfeito. Aguardo.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 010/13 por três Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o gesto da Ver.^a Sofia agora confirma uma opinião que sempre tive a seu respeito, que é uma mulher brava, de posições fortes, mas muito inteligente. Seria nada inteligente se, no clima que foi montado nesta Casa, ela permitisse que o seu projeto fosse votado no dia de hoje. Eu tenho a mais absoluta tranquilidade. Examinei o mesmo à luz de uma posição que não é minha exclusivamente. Eu assimilei a posição da Procuradoria da Casa, que é independente – ou alguém tem dúvida de que a Procuradoria da Casa é independente? Ela se posiciona de acordo com aquilo que suas convicções determina. Claro que os projetos aqui na Casa servem, com muita frequência, para esconder determinadas situações. Não é do meu feitio, de maneira nenhuma, distribuir agressões a quem quer que seja, não faz parte da minha atuação política na Casa. Agora, uma coisa é absolutamente tranquila, que quem diz o que quer ouve o que não quer. Eu não tenho o condão de julgar qual o grau de comprometimento de cada um dos integrantes da Bancada da Ver.^a Sofia com esse processo todo, eu não vou dizer novamente, de roubalheira, porque foram muitos que roubaram, não sei quantos se locupletaram disso. Se isso atinge a honra pessoal de alguém, eu acho que é um equívoco. Cada um tem a sua consciência tranquila sabendo se recebeu ou não o tostão que veio da corrupção. E eu tenho a minha convicção íntima de que, aqui no Município de Porto Alegre, poucos foram os contemplados, pelo menos que se saiba. Ora, isso tudo não invalida uma discussão que o Ver. Dr. Thiago, meu companheiro de Bancada, propôs de uma suma inteligência. Vamos discutir esse assunto, porque eu disse que estaria disposto a discutir inclusive a sua materialidade, o seu objetivo. Isso nasceu, em 2013, com um discurso contra a Arena, contra o Beira-Rio, contra o policiamento que os militares fazem, por dever constitucional, nos estádios e em seus entornos. Que dentro dos estádios haja agentes privados de segurança, isso já existe. Eu não posso falar muito sobre o Sport Club Internacional, porque raramente frequento o estádio do co-irmão, mas, na Arena, eu vejo em todos os jogos batalhões de segurança criando condições internas do exercício do poder de fiscalização que cabe ao promotor do encontro, mas nunca poder de policiamento. Nós não podemos voltar ao tempo do Al Capone, que a gente tirava a polícia estatal e entregava para o Al Capone dar cobertura aos comerciantes da época. Quero deixar muito claro que não sou dado a ter rancores, se algum companheiro desta Casa se julgou agredido pelo que eu tenha dito anteriormente, tenho humildade suficiente para me desculpar. Não sou de agredir ninguém, mas não gosto de ser agredido. Tenho pavor quando alguém usa desta tribuna, num direito democrático, para dizer inverdades, mentiras e impropriedades. Aí eu vou reagir sempre e posso até cometer excessos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 011/15 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon, o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) 17 votos **SIM**. Não há quorum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h43min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas Vereadores e Vereadoras, eu realmente tenho uma discordância abissal do programa Mais Médicos. Como mencionei aqui antes, Ver. Reginaldo Pujol, acho que esse programa diminui a resolubilidade da nossa Atenção Básica. Ele tem sido, muitas vezes, o grande responsável pela ampliação e superlotação das Emergências em Porto Alegre, por exemplo. As Emergências de Porto Alegre sofrem, há muito tempo, com uma fragilidade grande e, sem dúvida, esse programa diminui a resolubilidade e aumenta a desassistência, até pela dificuldade de acesso, fazendo com que haja um inchaço da rede terciária de atendimento. Na gestão do Dr. Pedro Gus, à frente da Secretaria da Saúde, nós observávamos que as Estratégias de Saúde da Família eram em número de 120 equipes. Com a parametrização, uma maquiagem que foi feita no sentido de transformar Unidade Básica de Saúde em Programa de Saúde da Família, nós avançamos para 150 postos. Vejam só, em 120 nós tínhamos cinco sem médicos; hoje, com 150, nós temos 20 sem médicos. E cem desses médicos são oriundos do Programa do Governo Federal, ou seja, houve uma clara debandada, uma clara opressão e retirada dos médicos no atendimento à Atenção Básica em Porto Alegre, Dr. Goulart. Os médicos foram expulsos da Prefeitura. Essa é a grande verdade. E infelizmente, diferentemente do que muitos dizem, os médicos desse programa continuaram não indo ao Extremo-Sul, ao Lami, à Restinga, à Pitinga. Não foram para os Municípios pequenos; não foram para Quaraí, não foram para os Municípios de difícil acesso. Eles foram para onde estavam os votos, para lá que eles foram. O Município que mais recebeu pessoas desse programa no Rio Grande do Sul foi Porto Alegre, porque aqui tem mais votos. O Município que mais recebeu, no País inteiro, foi São Paulo, porque em São Paulo tem mais votos. Eles foram para onde estavam os votos. E onde está a incoerência? A incoerência está na situação de que o

Partido dos Trabalhadores, que proveu este processo, se diz contra a terceirização. Mas quer maior terceirização do que isso? Uma terceirização escravagista, uma terceirização que não atua no cerne no problema! Qual é o cerne do problema? Condições de atendimento. As pessoas não têm condições de atendimento! Esta é a grande verdade. Não adianta fazer propaganda enganosa para a população e abrir um local de atendimento com um médico, uma enfermeira e um técnico de enfermagem, com poucos profissionais de saúde, sem nenhum recurso. É claro que este centro de atendimento não vai prover a melhor saúde para aquelas pessoas, não vai ter resolubilidade. E, sem dúvida nenhuma, vai expor, cada dia mais, os profissionais que lá trabalham. Então, não vamos enganar a população. Saúde se faz com condições de atendimento. Saúde se faz desta forma. As pessoas estão dizendo na Cidade que quando ficam doentes, se o problema é uma receita ou não têm problema de saúde grave, elas procuram o médico que não revalidou o diploma. Se ela está doente, como inclusive a Suplente de Vereador do PT, ela vai procurar o médico de verdade, ela vai procurar o médico que revalidou o diploma. Foi o que fez a Vereadora, Suplente do PT, e, depois, ficou chateada. Fazia uma revolução na sala de espera da médica, dizendo que a médica era golpista, que a médica era isso e aquilo. No entanto, ia lá consultar com a profissional.

Então, vamos ter coerência, vamos deixar de perseguir os médicos, porque isso, sim, essa gestão federal fez, e fez muito bem.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Kevin Krieger está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, prezados senhores e senhoras que nos dão o prazer do debate nesta tarde e quero falar de um dos temas essenciais da população que é a saúde - uma das prioridades do serviço público. Vir aqui combater o Mais Médicos, negar o Mais Médicos e dizer que os médicos desse programa foram enviados para onde há mais votos... Há alguns médicos que só enxergam votos na medicina; não conseguem ver a carência da população e se utilizam inclusive do desespero das pessoas para trocar o atendimento por voto. Existem muitos médicos que fazem isso no dia a dia. Mas não é disso que nós estamos tratando. Aqui estamos tratando, e eu quero que isso seja mostrado, que o Mais Médicos trouxe 123 médicos para Porto Alegre e que o governo golpista do Temer, que o DEM apoia, que o PMDB apoia...

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

O SR. ENG° COMASSETTO: Ainda bem que o PMDB apoia o Temer. Porque tem dias que apoia, tem dias que não apoia. O PMDB, do Melo, que é candidato à Prefeitura neste momento, está retirando o Mais Médicos de Porto Alegre. E aqui, pessoal, olhem aqui, eu quero que vocês expliquem lá na Macedônia, que, para quem não sabe, é uma unidade lá da Restinga; de lá já foi retirado o Mais Médicos pelo Governo Temer. Na Quinta Unidade já foi retirado; na Castelo já foi retirado; na Cohab Cavalhada foram retirados dois; no Morro dos Sargentos já foram retirados; no Calábria, lá na Vila Nova, foram retirados; no Campo da Tuca já foram retirados dois; na Esmeralda já foram retirados; na Ernesto Araújo já foram retirados; na Vila Viçosa, na Lomba do Pinheiro, já foram retirados; na Glória já foram retirados; na Nossa Senhora Medianeira já foram retirados; no Passo das Pedras II já foram retirados; lá na Zona Norte, na Vila São Borja já foram retirados; e outros.

Vereador Janta, o senhor que vive lá na região, deve estar sabendo do sofrimento das pessoas. Mais 19 médicos saem agora em setembro, retirados pelo governo golpista de Temer, e aí esses médicos, quero registrar aqui que eu gostaria muito, Vereadores Dr. Thiago e Dr. Goulart, que os médicos brasileiros atendessem como os médicos estrangeiros, que chegassem lá às oito horas, saíssem ao meio-dia, atendessem no horário integral a que são destinados, que não tivessem quatro empregos ou dois empregos, e que corressem de um para o outro, público e privado - isso é a população que diz, no dia a dia, e nós sabemos que observamos isso. E o Mais Médicos tem a aceitação de 95% da população, porque esses médicos adquiriram o respeito das pessoas, eles conversam, eles tratam a saúde, eles verificam qual é a problemática, eles vão com a equipe de saúde nas casas, eles têm uma rotina, que é o que diz a cartilha do Mais Médicos. E volto a registrar aqui: no primeiro Mais Médicos foram chamados médicos brasileiros, que se negaram a ir. Hoje, nós gostaríamos que o Governo Temer chamasse 100% dos médicos brasileiros. Mas onde estão os médicos para irem para a periferia? Onde estão? É este o debate que temos que fazer aqui. Nós queremos que o Mais Médicos continue, e se não continuar o Mais Médicos, digam, antes de retirar os médicos que lá estão, se já organizaram uma nova estrutura para que os médicos sejam substituídos com a mesma qualidade que estes estão tratando a população. Portanto, Ver. Dr. Thiago, nós temos divergência neste ponto. Eu defendo a população, o direito de ter saúde digna, saúde com respeito. Portanto, eu gostaria que o senhor, que apoia o Governo Fortunati e Melo, e se candidatou inclusive para ser o Vice do Melo, que apresentasse aqui qual a solução para os médicos que os senhores estão retirando de toda a Cidade, e deixando as pessoas à mercê. Saúde não espera, saúde não é mercadoria, saúde não é troca de favores, saúde não é troca de votos; saúde é saúde, e saúde pública tem que ser trabalhada como um bem e um patrimônio público, e aí terão o nosso aplauso os médicos brasileiros e terá o nosso aplauso o Sindicato, e o Dr. Argolo para vir a esta Casa defender que nós temos que construir o Mais Médicos brasileiros em todos os cantos da periferia.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Luciano Marcantônio.

O SR. DR. THIAGO: Pode, Ver.^a Sofia, a senhora passa as tardes aqui na tribuna, hoje eu resolvi vir, é o meu terceiro tempo só à tarde; eu quero, primeiro, dizer uma coisa, em alto e bom tom, nas nossas notas taquigráficas: se o Ver. Comassetto diz que têm médicos que batem o ponto e vão embora, ele tem que dizer no microfone, ele tem que dizer no microfone! Senão é prevaricação, é crime. O senhor venha dizer no microfone quem é que faz isso. A outra questão é a seguinte: se o Ver. Comassetto agora descobriu, Ver. Dr. Goulart, a saúde de forma oportunista e demagógica, ele descobriu a saúde agora. Que bom, tomara que entregue o relatório da Comissão Especial, que está há dois anos parado, que ele disse que ia fazer para evitar a CPI da Saúde, num acordão que ele fez aí, de não fazer a CPI da saúde para fazer a Comissão Especial. Espero que ele entregue o relatório. Ele me dá uma excelente oportunidade de dizer por que nós atendemos. E eu falo por mim e pelo senhor: nós atendemos, os médicos desta Casa atendem, e eu disse isso quando assumi a presidência da Casa, que eu não ia deixar de atender e fiz isso durante todo o tempo em que estou aqui e vou continuar fazendo isso durante todo o tempo que eu estiver no Parlamento, porque eu assumi um compromisso com aquelas comunidades, é por isso. Eu atendo quem vota e quem não vota em mim, eu atendo todos. Ele sabe que eu atendo todos, mas é um compromisso, coisa que ele não conhece. Compromisso, eles não conhecem, esse é o problema. A segunda questão, é de querer fazer, dá para fazer, dá para fazer corretamente, não precisa subjugar uma categoria; não precisa oprimir uma categoria; não precisa ter preconceito com uma categoria, que é isso que ele faz. Ele faz todas as suas falas nesse sentido. Eu quero dizer que o direito à saúde, sim, nós defendemos. Estou falando junto com o Ver. Dr. Goulart, que é de outro partido, nós defendemos o direito à saúde, mas o serviço à saúde como um direito decente das pessoas e não fazer um puxadinho, como eles fizeram com o Mais Médicos. O Mais Médicos nada mais é do que um puxadinho. Não encararam o problema de frente, não fizeram uma carreira nacional de médicos, que é o que eles tinham que ter feito. E aí fizeram um puxadinho; acharam que estavam contemplando a população. Pegaram e encaminharam dinheiro a Cuba para, certamente, poder vir, de outra forma, para o Brasil depois. Então, isso os médicos, os honrados médicos desta Nação não vão aceitar. A esse tipo de puxadinho, nós vamos resistir até o fim. Nós estaremos aqui, nos outros Parlamentos, nos outros espaços públicos, para resistir. Os médicos deste País vão resistir até o final. Eles vão resistir até o final. Vão resistir mesmo que não haja uma legislação para a Medicina; eles vão resistir à opressão, vão resistir até o final. Não é o Ver. Eng^o Comassetto ou outras pessoas que pensam como ele que vão nos dobrar. Nós vamos resistir até o final e nós vamos mudar este País. Nós vamos mudar este País. Nós vamos fazer deste um País mais justo, um País que possa priorizar saúde, educação e segurança, e o restante deixar para a iniciativa privada fazer, porque ela sabe fazer. Este País não é de incompetentes, como eles pensam. Este é um País que pensa, que olha para o futuro,

que tem condições de melhorar. Então, eu queria deixar isso bem sublinhado: toda vez que ele ou qualquer outro subir para enxovalhar, menosprezar a nossa categoria, uma categoria justa e que trabalha seriamente, corretamente, como a dos médicos, nós vamos subir nesta tribuna para fazer o contraponto.

Finalizando, eu queria deixar bem claro para o Ver. Comassetto e bem tranquilo, que eu não sou candidato a Vice. A lei eleitoral me impede de dizer mais coisas, mas eu quero dizer que eu não sou candidato a Vice e que, na próxima Legislatura, se ele estiver aqui, eu vou estar ali. Eu vou estar ali sentado, exatamente, fazendo esse contraponto; podem ter certeza disso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0985/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 088/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que institui o Programa Porto Alegre Contra o Crime.

PROC. Nº 1034/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 097/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que institui o Programa Porto Alegre Ilimitada, visando à promoção do acesso à internet com conexão banda larga fixa e ilimitada.

PROC. Nº 1257/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 120/16, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Evandro José da Silva – Evandro Hazy.

PROC. Nº 1351/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 127/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que assegura aos alunos matriculados no último ano do ensino médio da rede municipal de ensino a realização gratuita de testes vocacionais.

PROC. Nº 1469/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 140/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Pedro José Polidori o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Dois Mil e Sessenta e Três, localizado no Bairro Mário Quintana.

PROC. Nº 1473/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/16, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao senhor Paulo Roberto Diehl Kruse.

PROC. Nº 1479/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 141/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Vicente Maia Filho o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil e Três, localizado no Bairro Mário Quintana.

PROC. Nº 1483/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 142/16, de autoria da Mesa Diretora, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à professora Aracy Maria da Silva Lêdo.

PROC. Nº 1493/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 143/16, de autoria do Ver. Luciano Marcantônio, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Hermes Teixeira da Rosa.

PROC. Nº 1494/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/16, de autoria do Ver. Luciano Marcantônio, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Mor Ndiaye.

PROC. Nº 1496/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 144/16, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que inclui a efeméride Dia Municipal em Memória dos Desaparecidos Políticos no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 30 de agosto.

PROC. Nº 1501/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/16, de autoria do Ver. Luciano Marcantônio, que concede a Comenda Porto do Sol ao Lions Clube Porto Alegre Bento Gonçalves.

PROC. Nº 1505/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 146/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Ernesto Cláudio do Nascimento o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil e Nove, localizado no Bairro Hípica.

PROC. Nº 1529/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 150/16, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que denomina Beco Luiz Sidnei dos Santos Ogando o logradouro não cadastrado conhecido como Beco C – Estrada Otaviano José Pinto –, localizado no Bairro Lami.

PROC. Nº 1530/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 151/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Dia do Ioga no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 21 de junho.

PROC. Nº 1532/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 152/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Dia do Nutricionista no Anexo da Lei

nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 31 de agosto.

PROC. Nº 1536/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 153/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que inclui a efeméride Dia da Presença Calabresa em Porto Alegre no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 11 de abril.

PROC. Nº 1570/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção – Comunidade Terapêutica Casa Marta e Maria.

PROC. Nº 1585/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/16, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Central de Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo do Estado do Rio Grande do Sul Ltda. – Unicred Central RS.

PROC. Nº 1597/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/16, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que concede a Comenda Porto do Sol ao Centro de Tradições Gaúchas Lanceiros da Zona Sul.

PROC. Nº 1643/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/16, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao senhor Alceu de Deus Collares.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2724/15 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 032/15, de autoria da Verª Pérola Sampaio, que altera a ementa e o *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 746, de 3 de novembro de 2014, estabelecendo percentuais das vagas dos concursos públicos para provimento de cargos efetivos nos órgãos da Administração Direta ou nas entidades da Administração Indireta do Município de Porto Alegre para candidatos afro-brasileiros e para candidatas afro-brasileiras.

PROC. Nº 1608/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 163/16, de autoria da Verª Sofia Cavedon e outros, que estabelece regras para a compensação dos dias não trabalhados por servidores e servidoras municipais em decorrência de decisão tomada em assembleia convocada pelo sindicato da categoria.

PROC. Nº 0270/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 085/16, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que estabelece penalidades aplicáveis em face de condutas contra cães ou gatos.

PROC. Nº 1169/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 111/16, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que obriga os tutores, os protetores e os proprietários de animais domésticos a equipá-los com coleiras refletivas.

PROC. Nº 1522/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 028/16, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Sociedade Libanesa de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu estou com dois projetos em discussão preliminar de Pauta, e compreendo bem a dinâmica do Parlamento. Nós temos divergências profundas. Eu, às vezes, preocupo-me com o fato de projetos importantes serem prejudicados por divergências pessoais. Contra isto que eu me rebelo, Dr. Thiago. Mudar de posição porque tem divergência com Vereador e sua opinião, eu acho ruim. A principalidade nossa, de Vereadores, tem que ser a de votar sobre o tema, pensar sobre ele e dar a melhor resposta à sociedade. Nós estamos num momento dramático no que se refere à questão da segurança pública. Quinta-feira, possivelmente, a Cidade inteira estará parada, porque não haverá segurança nas ruas, e nós não podemos submeter o debate de segurança a dissidências, dissabores entre Vereadores.

Então, quais são os projetos em Pauta? Um deles V. Exa. inclusive assinou e aprovou, que é o projeto da compensação dos dias parados, os dias greve. Este projeto, o PLL nº 163/16, coloca uma regra, estabelece uma prática, um procedimento quando há necessidade de paralisações em função de divergências entre funcionalismo e gestores. E veja que não é para responder à postura de um gestor que está saindo, mas, sim, para garantir o interesse público. Nós estamos em um momento de mudanças na Capital, mudança de Chefe de Estado, mudança de Vereança, e este projeto eu espero que tenha o apoio do conjunto dos Vereadores, porque, quando houver greve, nós vamos garantir a reposição do serviço, nós vamos garantir que não haja penalização, que não haja massacre com o servidor, retirando o seu salário, porque os Vereadores sabem muito bem o que estão vivendo os funcionários estaduais neste momento. O parcelamento de salário é algo gravíssimo. O servidor começa o mês no vermelho, porque o cheque especial não é coberto, em função de o salário ter sido parcelado. Quer dizer, essa penalização é dramática, e eu tenho certeza de que isso resulta num exercício de função pública prejudicada. Quem vai dar aula, quem vai cuidar da nossa segurança? O servidor está indignado por sua família estar penalizada, pelo desconto dos dias parado ou pelo parcelamento do salário.

Eu entendo, nesse sentido, Ver. Dr. Thiago, que há uma dimensão do Programa Mais Médicos que está esquecida aqui. Os médicos do Programa que estão aqui, nesta Cidade, não têm custo para o Município; têm custo para o Governo Federal, que está pagando os seus salários. O Município de Porto Alegre teve uma greve de 17 dias porque está com dificuldades financeiras. Então, no mínimo, devemos compreender que é um apoio do Governo Federal, que busca soluções de problemas graves na Cidade – é preciso reconhecer.

Agora, eu concordo em continuar lutando para que não sejam trabalhos temporários. Ninguém é a favor de trabalho temporário, nem de terceirização. Nós sabemos que o Programa Mais Médicos só existe porque os médicos não assumiam os concursos e contratos. Em Porto Alegre, era dito isso para o Prefeito – que não é o meu Prefeito, eu sou oposição. Então é dramática essa saída, sim, que está nos jornais. Muitos médicos a menos! Eu estive no Morro da Cruz, na semana passada, numa reunião de mulheres, e perguntei qual era a avaliação das mulheres do Morro da Cruz, que se queixavam que não conseguiam fichas, que não conseguiam verificar a pressão. É um drama, no Morro da Cruz, o atendimento em saúde! Perguntei qual era a avaliação que elas tinham sobre os médicos do Programa Mais Médicos. Quer sejam cubanos, quer sejam brasileiros, não importa... Foram só elogios para a atenção em saúde advinda do Programa Mais Médicos na periferia da Cidade! Então esse é um crime, é um drama que vai acontecer na sequência. Os médicos que chegaram, finalmente, na periferia, estão fora. A luta por carreira tem que continuar, não podem ser retirados os médicos lá da periferia da Cidade. Por isso, este projeto de lei também beneficia os médicos, sim. Os médicos que fizerem greve não terão descontos nos salários. Nós não queremos mais que médicos, nem funcionários, nem professores e nem o pessoal da segurança pública desista do serviço público, porque é penalizado até mesmo no seu salário mensal. Essa é a intenção deste projeto de lei, e nós devemos reconhecer que todos os programas que venham a atender políticas públicas, tenham que ser bem-vindos, tenham que ser celebrados, e tenham que continuar melhorando para garantir o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras. Agora, Ver. Thiago diz que vão arrumar o País, mas se o projeto do limite das contas públicas passar, do gasto público, não tem como pagar médicos! E esse é o projeto de lei que o Presidente Temer quer passar! E isso aí é equivocado, colocar um limite do gasto com pessoal já foi um problema, porque, para mim, educação e saúde é investimento. Agora imaginem colocar um limite até que gasta, fora disso, deu, abandona a população à morte! Aí, para mim, isso não é recuperar o País! Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENG.º COMASSETTO: Meus queridos Vereadores e Vereadoras, ainda bem que esse espaço que nós representamos aqui se chama parlamento, o lugar de

parlar, o lugar de debater, o lugar de trazer o contraditório. Se não houvesse isto, não teria graça na política, Ver. Brum. E eu quero tratar de outro projeto que está aqui na Pauta, o PLL nº 152/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui o Dia do Nutricionista no anexo da Lei, como calendário Oficial do Município de Porto Alegre. Este projeto é a valorização de um profissional da cadeia da Medicina. E aqui nós temos que debater quem é a favor e quem é contra ao ato médico. Eu quero registrar aqui que eu sou contrário à postura do ato médico. O que é o ato médico? É uma defesa da categoria dos médicos. E aí, Dr. Thiago, tenho admiração pelos médicos, que se dedicam à vida, conforme o juramento que é prestado – tenho admiração pelos médicos! O que eu não posso concordar é que façam o juramento, e na vida prática e pública, exerçam outra postura. E aí o ato médico é uma ação exclusiva dos médicos, que dizem que quem têm que tratar com o paciente, exclusivamente, são os médicos. E querem ter uma relação de domínio em relação aos enfermeiros, aos auxiliares de enfermagem, aos farmacêuticos, aos nutricionistas – os quais o Ver. Márcio Bins Ely sugere hoje colocar o dia deles no calendário municipal –, aos técnicos de nutrição, aos assistentes sociais que trabalham com a saúde pública, aos psicólogos. Essa é uma postura com a qual nós não temos acordo, Ver.^a Sofia Cavedon. E defender essas categorias profissionais, como por exemplo, os endocrinologistas receitam alimentação para os seus pacientes, algo que é proibido. O responsável por isso é o nutricionista, portanto, o endocrinologista tem que encaminhar para o nutricionista e este não pode ser um dependente, um servo do médico, ou seja, que somente venha a servir aquele médico. Não, no momento em que o nutricionista identifica que um paciente tem um problema, que tem de ter uma determinada alimentação em função do seu equilíbrio micro ou macromineral, por exemplo, tem que fazer essa interpretação e dar a receita alimentar. Isso não é papel dos médicos, e os médicos não reconhecem, dizem que 100% da responsabilidade é deles. Então, eu quero dizer deste ato hoje, no debate sobre a saúde pública, mais uma vez, que a medicina é uma cadeia, o médico tem um papel nobre de atender, diagnosticar, mas ele não pode atender sem ter o auxílio dos demais profissionais, cada um tendo a autonomia funcional e o direito a exercer a sua profissão sem depender de qualquer médico ou médica neste País. E tem um projeto de lei, que está no Congresso Nacional – chamado Ato Médico –, encaminhado pela Sociedade de Medicina Brasileira, que determina que toda a atuação em relação aos pacientes seja exclusiva do médico, isso se chama Ato Médico. Então, Sr. Presidente, eu quero fazer uma homenagem a todos os médicos e a todos os trabalhadores em medicina que executam os serviços e os trabalhos complementares, auxiliares, que são os enfermeiros, os psicólogos, os auxiliares de enfermagem, os farmacêuticos, os nutricionistas, os técnicos em nutrição e os assistentes sociais, entre outros. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; antes de mais nada, algo nostálgico e até muito emotivo: a alegria de estar retornando, por incrível que pareça, Presidente, a este lugar que, por longos anos, a Casa teve como o seu reduto de debates, que aqui se realizavam antes da transformação que o novo plenário trouxe. Hoje ele serve para que a gente retome as atividades legislativas depois dos 15 dias de recesso parlamentar, com o nosso plenário passando pela necessária reforma que há muito tempo se clamava para que ocorresse.

É quase complementar a afirmação de que o retorno à casa antiga nos traz o contato com velhos problemas, entre os quais um que é uma realidade da cidade de Porto Alegre, do Estado e do País e que o Ver. Cláudio Janta busca, com a sua tradicional eficiência, enfrentar com a proposição de um projeto específico que pretende enfrentar a situação que não só a Cidade que vive, mas que, especificamente, é vivida aqui em Porto Alegre com um programa por ele proposto. Entendo, Sr. Presidente, que é muito natural que se tenha sobre determinados temas opiniões diversificadas. Nenhuma visão é suficientemente respeitável se ela se traduz através de posturas equivocadas, quando não despidas da verdade necessária que tem que transmitir as ações públicas numa Casa Legislativa, e junto à sociedade, junto à comunidade. Então, há inúmeros projetos que a Casa recebe no dia de hoje, alguns deles já em 2ª Sessão de Pauta, que, por conseguinte, são endereçados ao exame prévio da Procuradoria da Casa e, posteriormente, ao exame das várias Comissões técnicas atinentes à matéria. Temos também cerca de três dezenas de projetos dentre os quais quero salientar, não só pelo carinho que tenho pelo seu autor, mas sobretudo pela oportunidade com que ele é proposto, que é o projeto do Ver. Dr. Thiago, PR nº 030/16, de autoria Ver. Dr. Thiago, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Central de Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo do Estado do Rio Grande do Sul Ltda. – Unicred Central RS. Eu sou, há muito tempo, réu confesso, ou melhor dito, súdito confesso da oportunidade que enseja o momento de crise no capitalismo para a economia solidária e para o ato cooperativo. Eu pertenço a duas cooperativas e, deliberadamente, procurei não exercer funções dentro das mesmas para não confundir a minha ação política com as ações e com os atos cooperativos e, evidentemente, com isso eu me solidarizo por inteiro a essa ação que vem sendo desenvolvida pela entidade que o Ver. Dr. Thiago quer homenagear, e o faz com justiça, porque é um dos belos exemplos de eficiência que ocorre em ação cooperativa na economia do Estado e na economia do País. Não é por outra razão que o Sicredi tem espaços e mais espaços na sua ação progressiva de ocupar vazios que a economia gaúcha gerou ao longo do tempo, com a perda do controle de vários dos seus bancos que foram progressivamente engolidos pela centralização econômica que predominou neste País durante muito tempo. Por isso, Dr. Thiago, não é apenas pelos nossos vínculos partidários e pessoais, é pela oportunidade da sua proposta que eu estou aqui, nesta tarde que é marcante, porque retoma as atividades da Câmara neste plenário, onde eu me vinculo tão fortemente e onde ocorreram alguns debates ásperos, penso que alguns até excessivos, mas necessários, já que as coisas, com frequência, precisam ser colocadas no seus devidos termos. E para colocar as coisas nos devidos termos, eu estou aqui elogiando o seu trabalho, mais uma vez, por essa proposta que soma, com a sua

proposição, que cuida de um assunto momentâneo e traz uma proposta sobre a qual vamos nos debruçar e estudar, como estudamos tantas outras que ele trouxe. Vamos oferecer as nossas contribuições e, quem sabe, seja mais alguma das suas propostas vitoriosas, como já vem V. Exa. acumulando vitórias em propostas importantes votadas por este Legislativo e aprovadas pela eficiência com que V. Exa. as defendeu e pela sensibilidade de aceitar, em todas elas, a colaboração das emendas, do conserto da composição que tem que ser, necessariamente, a característica de uma Casa Legislativa em que o interesse público esteja acima de tudo e de qualquer divergência político-partidária, porque essas podem ser superadas. O que não pode ser superado é o compromisso com objetivo do Parlamento, que é produzir um ordenamento jurídico-social capaz de bem representar a ansiedade da comunidade à qual ele se dirige. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DR. THIAGO: Caro Presidente, eu subo a esta tribuna mais uma vez, em discussão preliminar de Pauta, primeiro para agradecer as palavras elogiosas do Ver. Reginaldo Pujol, dizer que o cooperativismo é fundamental para o empreendedorismo, ou seja, para que tenhamos empreendedores, precisamos trabalhar colaborativamente e corporativamente. Então, nesse ensejo é que vem a homenagem proposta por nós.

Com relação à questão do Projeto do Ver. Márcio Bins Ely, que se refere à homenagem aos nutricionistas, o Dia do Nutricionista, quero dizer que mais uma vez nos colocamos solidários com ele. Nós achamos que efetivamente a profissão de nutricionista é fundamental nos nossos dias, trabalhamos muito em conjunto com os nutricionistas no nosso projeto dos operados bariátricos que acabou prevendo desconto em bares, restaurantes e similares, com o objetivo de não os expor à hiperalimentação. Esse é um projeto que acabou pegando. Na Cidade temos diversos restaurantes que dão desconto ao operado bariátrico, resultado de um projeto aprovado amplamente nesta Casa Legislativa. Olha só, temos aqui no Plenário a Paula e a sua mãe, operadas bariátricas, outros operados bariátricos que se beneficiam da lei em vários restaurantes. Realmente os donos de restaurante que entenderam a ideia, acabaram assumindo isso, Ver.^a Sofia, como uma oportunidade de negócio, porque a família do operado bariátrico vai aonde ele realmente se sentir confortável.

Um outro projeto que nós desenvolvemos aqui com auxílio do Conselho de Nutrição foi dos doentes celíacos, que têm alergia ao glúten, proteína presente no trigo, na cevada e em diversos alimentos. Vejam bem como são essas coisas: o tratamento da doença celíaca é a dieta, e o remédio é o alimento adequado; portanto, nós reconhecemos, sim, que o profissional mais habilitado para trabalhar com isso é o nutricionista. E nós não acreditamos que isso seja contra a Lei do Ato Médico, são

coisas diferentes. Nós sempre trabalhamos em equipe multidisciplinar. Nós entendemos muito que, por exemplo, lá onde labutamos, no Hospital Presidente Vargas, que a equipe toda seja importante, não somente o médico – a enfermeira, o técnico de enfermagem, o auxiliar de laboratório –, todos são importantes para a concepção da equipe, para se ter um resultado positivo para os pacientes, que são o nosso foco, nosso objetivo de ter um nascimento adequado, de ter um nascimento com segurança. Então, nós não acreditamos que o médico seja o “senhor” e que dele deva emanar todo o conhecimento. Não! E isso não é o que diz a Lei do Ato Médico, ela diz simplesmente que quem prescreve o remédio é o médico. A Lei do Ato Médico diz que quem faz cirurgia é o médico, e nisso nós não podemos fazer confusão na nossa cabeça. Agora, as outras profissões são importantes? Não são importantes, elas são fundamentais. O cuidado que a enfermeira tem com os pacientes, que os técnicos de enfermagem capitaneados por ela têm com o paciente são fundamentais. Quem é capaz de prescrever uma nutrição adequada e dar essas orientações ao paciente é a nutricionista, Ver. Márcio Bins Ely. Quem é capaz de fazer a readequação ocupacional das pessoas, quando têm uma patologia severa, é o terapeuta ocupacional; o fisioterapeuta é o capaz de dar reabilitação, trabalhando junto com médico fisiatra. Então, a Lei do Ato Médico não diz que o médico vai se empoderar de todos os processos, ela simplesmente diz que receita de remédio é ato médico – não pode ser feita por enfermeira, não deve ser feita por farmacêutico, não tem outro profissional habilitado a fazê-lo – e cirurgia é ato médico também. Então, é importante que esclareçamos à população e digamos que os médicos deste País têm lutado por isso para oferecer segurança no atendimento da população. Essa tem que ser a palavra fundamental: segurança com atendimento digno a todas as pessoas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo Ofício nº 676/16, do Sr. José Fortunati, comunicando que se ausentará do Município das 17h45min do dia 28 de julho de 2016 às 22h45min do dia 29 de julho de 2016, ocasião em que participará, em Brasília, de reunião, às 9h30min, com o Sr. José Ricardo Botelho, Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Apregoo Ofício nº 690/16, do Sr. José Fortunati, comunicando que, atualizando os termos do Ofício nº 676/16, atenderá o convite para o “café da manhã” na sede do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários – SindPFA, onde se realizará o II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários. Destaca que o regresso a Porto Alegre será abreviado para as 16h58min do dia 29 de julho de 2016.

Apregoo Ofício nº 695/16, do Sr. José Fortunati, comunicando que, atualizando os termos do Ofício nº 690/16, atenderá o convite para o “café da manhã” na sede do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários – SindPFA, onde se realizará o II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários e cumprirá agenda com o Sr. Victor Rico, representante da Corporação Andina de Fomento para o Brasil –

CAF. Destaca que o regresso a Porto Alegre será abreviado para as 16h58min do dia 29 de julho de 2016.

Apregoo Edital de Convocação de Convenção Municipal do Partido Trabalhista Nacional – PTN, do Município de Porto Alegre, a realizar-se no dia 04 de agosto de 2016, das 18h às 21h, na Rua Otavio Francisco Caruso, nº 301, nesta Capital, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) decisão sobre Coligação; b) escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores; c) sorteio dos números dos candidatos a Vereador. Assina, Sr. Leonardo Rodrigues, Presidente do PTN-POA.

Apregoo Edital de Convocação de Convenção Municipal do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB, do Município de Porto Alegre, a realizar-se no dia 04 de agosto de 2016, das 18h às 21h, na Rua Otavio Francisco Caruso, nº 301, nesta Capital, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) decisão sobre Coligação; b) escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores; c) sorteio dos números dos candidatos a Vereador. Assina, Sr. Maurício Vitória, Presidente do PRTB-POA.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h31min.)

* * * * *